



Terramaia #7

Publicação semestral do Município da Maia

Edifício dos Paços do Concelho
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
Maia

Propriedade
Município da Maia
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição
Pelouro de Planeamento Territorial,
Mobilidade e Transportes e Pelouro da
Cultura

Diretor
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial
Sofia Barreiros

Produção
SCOPIO EDITIONS

Consultor Editorial
Pedro Leão Neto

Design
Né Santelmo
Artur Leão

Impressão
Multiponto S.A.

novembro, 2024

ISSN 2184-6448
ISBN 978-972-8315-98-6
Dep. Legal - 465190/19
Tiragem
65.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio ou armazenada em qualquer sistema de armazenamento ou recuperação de informações sem a permissão por escrito do editor. Todas as fotografias apresentadas neste livro são © dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras ortográficas adotadas por cada autor.

Autores - Ilustração
Cátia Vidinhas
p. 6, 8

Ricardo Gritto
p. 10, 12

Eva Evita
p. 14, 16

Ricardo Gonçalves
p. 9, 13, 17

Curadoria das ilustrações
Cláudia Melo

As ilustrações dos autores acima referidos, integraram a exposição UIVO 14 - Mostra de Ilustração da Maia. 7 de Dezembro de 2024 a 23 de Fevereiro de 2025

Autores - Textos
Américo Aguiar
António Saraiva
António Vitorino
Emília Santos
Equipa municipal
José Carlos Portugal
Lígia Silva
Mário Nuno Neves
Manuel Oliveira
Miguel Cabral
Sofia Rente

Capa
Autora: Eva Evita

Contracapa
Autor: Ricardo Gonçalves

Nota de Abertura
Uma Edição de Referência
António Domingos da Silva Tiago

1

Editorial

Em que País mora o Mundo?

José Carlos Portugal

2

Tipos de Migrações Atuais

António Vitorino

7

Migrações na(s) Economia(s) Direitos e Trabalho diferenciado

António Saraiva

11

Quem acolhe a um migrante, acolhe a Cristo

Américo Aguiar

15

Os Migrantes que todos (nós, os Portugueses) somos

Mário Nuno Neves

18

Um Mundo na Maia, a Maia com Mundo

Emília Santos

21

Imigrantes na Maia - Um Mosaico Cultural em Evolução

Equipa municipal

22

Saúde e as Populações em Movimento

Lígia Silva e Miguel Cabral

31

Português sem barreiras

Sofia Rente

33

TECMAIA - 40 nacionalidades em 100 mil m2

Manuel Oliveira

35

Fecho: de onde vêm, hoje, as alfaces do quintal da minha Avó?

José Carlos Portugal

37

UMA EDIÇÃO DE REFERÊNCIA

António Domingos da Silva Tiago

Presidente da Câmara Municipal da Maia

Esta edição da revista Terra Maia faz-me lembrar as antigas placas da CP que nos faziam parar, escutar atentamente o som que podia anunciar, da esquerda ou da direita, a passagem repentina do comboio e esperar, pacientemente, que ele interrompesse por segundos a nossa vista para o outro lado da linha. Na verdade, não eram somente sinais de stop que impunham prudência e muita cautela para que a travessia do caminho de ferro se fizesse em segurança, mas eram, em certo sentido, quase interpelações filosóficas que nos remetiam para o risco de desafiar a vertigem da velocidade da máquina rolante e do seu colossal peso.

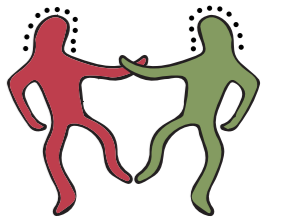
As reflexões que aqui se encontram plasmadas, por vezes densas e muito profundas de significado e dimensão simbólica, constituem efetivamente chaves de análise do quotidiano e de uma realidade sociologicamente complexa, que coloca a política e os seus decisores diante de contextos condicionados que clamam por pensamento crítico e, não raras vezes, por uma necessidade de agir com celeridade e pragmatismo, correndo todos os riscos que isso implica.

Nesses contextos condicionados, há uma problemática social tão antiga quanto a Humanidade - as migrações -, que assume hoje contornos completamente novos e mais complexos do que nunca e que, obviamente, não se podem solucionar com medidas simples e circunstanciais, mas, pelo contrário, exigem visão estratégica de futuro, planeamento político, envolvimento e compromisso de toda a sociedade, sem exceção.

Neste número da Terra Maia, os seus autores, que saúdo e a quem agradeço o contributo sólido e lúcido, promovem um debate amplo, democrático, aberto e livre de preconceitos ideológicos ou crenças etnocêntricas, apresentando perspectivas e visões que enriquecem esta publicação pela diversidade das abordagens que nos proporcionam, permitindo-nos tomar consciência de uma realidade que está sempre à frente deste exercício cívico, como é a realidade das migrações. Um fenómeno global que se revela localmente, com as particularidades próprias das características culturais e sociais das comunidades de acolhimento a marcarem as suas diferenças, com os perfis individuais e coletivos de cada pessoa ou grupos de pessoas que chegam para ser acolhidos e com as políticas desenhadas e aplicadas nesses contextos locais a surtir os seus efeitos, com maior ou menor sucesso na inclusão e integração social, tantas e tão complexas são as variáveis humanas, sociais e económicas que entram nessa equação.

Pela leitura, quase em diagonal, que pude encetar dos textos aqui publicados, posso concluir, com a confiança que os autores também me inspiram, que esta será, sem dúvida, uma edição de referência.

Maia, 14 de Outubro de 2024



“Confrontamo-nos uns com os outros blindados em identidades cujas semelhanças ignoramos ou repudiamos e cujas diferenças distorcemos ou inventamos para enfatizar o nosso próprio valor superior. Elogiando os nossos próprios legados e excluindo ou desacreditando os dos outros, comprometemo-nos com a rivalidade e o conflito endémicos.”

David Lowenthal, “Commemorations: The Politics of National Identity”

Edited by John R. Gillis, Princeton University Press, New Jersey, 1994

Construir civilização (seja qual possa ser o alcance que atribuamos ao vocábulo) implica colaboração, solidariedade, partilha, respeito e curiosidade pela diferença, debate construtivo e, no limite, noção de sobrevivência colectiva. Ninguém sobrevive feliz no meio de uma multidão de infelizes.

O mundo em que hoje habitamos já não nos permite “cantinhos escondidos” – as ruas e praças das aldeias, vilas e cidades por onde circulamos e convivemos, os transportes nos quais nos deslocamos, os pátios e jardins das nossas casas (quem os tem) e até mesmo no nosso espaço-refúgio caseiro (através da parafernália dos nossos telemóveis e/ou *smart gadgets*), estão remotamente acessíveis a alguém, algures. Isto significa, portanto, que a nossa visão íntima, pessoal, do Mundo é, cada vez mais, menos recatada. Sugiro que reflitamos sobre o que esse facto (admitamos que o é) nos traz como vantagens e/ou riscos. Deveremos assustar-nos com o facto de o nosso telemóvel bloqueado com código, afinal, nos expor a intrusão por parte de quem não conhecemos nem nunca jamais conheceremos? Aparentemente, ainda poucos de nós se reservam perante essa nova natureza da sociabilização/exposição virtual, intermediada por um algoritmo.

Cabe então a pergunta: se não nos atemorizamos pelo facto de alguém [ou algo(ritmo)...] completamente desconhecido poder “entrar” na nossa vida através da tecnologia

1. Tradução livre do autor.

Lowenthal, David - 1923-2018, foi um Mestre Professor em História e Geografia norte-americano, internacionalmente respeitado, mas pouco conhecido, com quem tive o privilégio de me corresponder no início da segunda década do século, apenas porque lhe enviei uma mensagem com uma pergunta, fortuita e desprendida, a propósito de uma inspiradora palestra intitulada “*From Eden to Earth Day: Landscape Restoration as Mission Metaphor*”, que encontrei em órbita no *YouTube*. Respondeu-me! E a partir dessa inesperada resposta, construímos uma breve, mas intensa amizade virtual. Esta nota pessoal, perdoe-me o leitor, fica por singela homenagem.

[<https://www.youtube.com/watch?v=vbZVSz4LxPw>]

de que usufruímos, porque haveremos de nos atemorizar pelo facto de alguém que veio de longe, padecendo pelo caminho, se nos apresentar “olhos-nos-olhos” com expressa vontade de partilhar connosco o seu quotidiano em sociedade?

Por outro lado, de um outro ponto de vista, é laudatório sermos escolhidos. Alguém, oriundo do “outro lado do Mundo”, viu em nós qualidades humanas, enquanto povo e sociedade, dignas o suficiente para sermos anfitriões. Isso não pode deixar de ser visto como uma honra. E, naturalmente, responsabiliza-nos também.

A mobilidade global de povos e suas culturas, mesmo que impulsionada pela necessidade extrema, é, ao fim e ao cabo, um quadro de oportunidades que a Humanidade nunca desaproveitou. A Humanidade actual, não o esqueçamos, tem origem justamente numa migração a partir da África Oriental, há mais de 2 milhões de anos e sempre dependeu da miscigenação para evoluir na colonização do Planeta, outrossim na construção de agrupamentos populacionais organizados. O endemismo, aliás, é pernicioso para a evolução, *lato sensu*.

Portugal é, hoje, um país desejado para acolhimento, mas nem sempre foi assim. Prova disso é o facto de uma expressiva parte da população portuguesa ter na história familiar pelo menos um ou dois casos de parentes emigrantes.

Essa condição “nova” – de país de acolhimento – foi testada pela primeira vez na era moderna (ainda que com contornos diferentes, naturalmente), pouco depois do 25 de Abril de 1974, com o regresso massivo das populações residentes nas antigas colónias ultramarinas, os apelidados retornados. A este respeito, aliás, parece ainda um pouco obscuro o estudo dos efeitos sociais e culturais na sociedade portuguesa da “Metrópole” em consequência dessa mole de portugueses aculturados que se viram

forçados a um regresso não planeado e provavelmente indesejado.¹

Cerca de duas décadas depois desse êxodo português, a globalização acelerada no último quartel do século XX suscitou uma nova mundivisão, a qual, a par de desequilíbrios económicos e sociais nunca resolvidos, gerou convulsões massivas pelo facto, justamente, de termos um proclamatório “direito universal” a coexistir, com estados de insustentável iniquidade em muitas regiões do Planeta. Esses nossos semelhantes das zonas mais vulneráveis, seja por via da pobreza extrema, da guerra (cada vez mais destruidora e “sem-Lei”), da catástrofe natural, da mudança climática ou da intolerância política (cada vez mais “normalizada”), são forçados a moverem-se para outras áreas do Planeta à procura de um lugar para viver dignamente.

Neste particular, paira uma noção um tanto nebulosa de que “imigrante” é uma condição social, uma “tipologia” de cidadania, abrangente e indiferenciada de causalidade – quase como se validasse um estigma. Nada mais errado, na medida em que os contextos de partida que impulsionam a migração são os mais diversos e muito importantes tanto para quem migra, quanto para quem acolhe. Não há vantagem nenhuma, pelo contrário, em não distinguir trabalhadores migrantes de refugiados, por exemplo.

Desde logo porque migrar é para uns uma opção, sendo que para outros é a única possível salvação.

Estes movimentos populacionais têm crescido em número nas últimas décadas e, nalguns casos, em dramatismo extremo, (o Mediterrâneo, por exemplo, outrora um farol civilizacional, é hoje um escabroso cemitério de desesperados). Nada indica – pelo contrário – que venham a regressar. Todavia surgem já alguns sinais de tensões na(s) sociedade(s) e no(s) discurso(s) político(s) que só podem beneficiar com a temperança de uma reflexão crítica atempada e serena sobre a natureza do fenómeno e os passos e caminhos mais acertados para evitar que a desgraça de quem foge de um lugar, acabe em tragédia quando chega a outro, o desejado.

1. O autor deste texto é um retornado de Angola. Quando refiro os efeitos na sociedade portuguesa ainda mal estudados, quero significar que a mediana social das antigas colónias (sobretudo as de Angola e Moçambique) era reconhecidamente mais aberta e mundividente, por aculturação menos constrangida, do que a da “Metrópole”. E esse impulso para o “Portugal pós-1975”, está pouco estudado.

Nesta TM#07, além da “prata-da-casa” (o corpo técnico dos serviços municipais que enfrenta com denodo os desafios desta sociedade em permanente mudança) que tenta proporcionar ao leitor maiato um melhor conhecimento da realidade da imigração na Maia, recolhemos três textos de autores convidados que são personalidades nacionais e internacionais, como forma de robustecer a consciência cidadã de que esta questão é mais um desafio positivo do que um problema pernicioso.

O facto de terem aceite o convite desta revista para redigirem um artigo original e exclusivo, revela uma deferência para com o Município que não posso deixar de enaltecer; outrossim, com a curadoria do “UIVO” – a notável e já firmada mostra de ilustração da Maia – foi possível construir uma partilha/parceria por forma a que esta TM#07 fique associada ao evento deste ano, contando com a participação de autores ilustradores consagrados para o enriquecimento dos conteúdos aqui apresentados.

António Vitorino, personalidade bem conhecida dos portugueses e que teve altas responsabilidades de direcção da agência das Nações Unidas para as Migrações² traz-nos, com o peso dessa experiência maior, a expressão de que os movimentos migratórios não são ameaças para as sociedades de acolhimento. Indo mesmo mais longe, apresenta-nos alguns dados que desmistificam uma narrativa errónea sobre, por exemplo, a dimensão global dos fluxos migratórios e a parcela que envolve a Europa – bastante mais diminuta do que se supõe. E alerta para as consequências decorrentes de erros de avaliação que suscitam retóricas de agressividade para com o fenómeno, afinal, feridas de falsidade. Em suma, oferece-nos um texto instrutivo que muito auxilia à reflexão fundada em dados e factos, concluindo com uma referência impressiva sobre deveres e interesses confluentes em cidadania.

António Saraiva, conhecido dos portugueses sobretudo pelo seu desempenho enquanto Presidente da CIP³, traz-nos uma reflexão em torno da importância do contributo activo dos trabalhadores imigrantes no tecido empresarial português, de par com um alerta sobre as condições de acolhimento e integração que estamos capazes de oferecer.

2. Foi Director Geral da OIM entre 2018 e 2023

3. Foi Presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, entre 2010 e 2023

Américo Aguiar, conhecido nacional e internacionalmente sobretudo pelo seu desempenho enquanto rosto da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa⁴, traz-nos um texto bastante revelador sobre a importância global do fenómeno e da sua essência humanista. Sendo um admirador incondicional do Papa Francisco (Jorge Mário Bergoglio, o 266º Papa da Igreja Católica, que respira ecumenismo e inspira pensamento humanista muito para além da sua Igreja matricial) e, portanto, um sacerdote da Igreja Católica seguidor devoto deste magistério, revela-nos com limpidez a importância de desmistificar outra falácia sobre a relação social com migrantes - muitas das vezes, as manifestações de rejeição ao imigrante, usam a confissão religiosa de origem como o factor determinante para a legitimação dessa negação ao acolhimento. Enquanto Bispo de Setúbal, convive com cidadãos de outras confissões religiosas e exorta-nos no seu texto, a “defender os direitos de cada homem, mulher e criança que, por alguma razão, se deslocaram das suas terras de origem”.

Mário Nuno Neves, com a sua proverbial argúcia, oferece-nos um eloquente argumento final sobre o paradoxal absurdo da aversão às migrações: rejeitar um migrante é, na verdade, recusarmos os fundamentos da nossa identidade. Lapidar o mapa da sua própria composição genética. Apresenta-nos, ainda, uma síntese crítica do estado-da-arte deste tema no nosso quotidiano. Por entre equívocos, erros e muito alarido histriónico, percebe-se um longo caminho para caminhar, chamando razão e conhecimento da História.

Emília Santos tutela os pelouros do governo municipal que mais directamente contactam com os imigrantes e apresenta-nos um texto de enquadramento geral às práticas de acolhimento e uma visão positiva e realista da necessidade de um “esforço colectivo de acolhimento e integração”. Sem iludir desafios, posiciona de forma clara o Município da Maia como destino de vida capaz.

O texto elaborado pela **Equipa Municipal**, um grupo de dedicados técnicos que em maior proximidade atende a este fenómeno, oferece-nos uma percepção bastante clara e realista do estado actual da presença de população imigrante no Concelho da Maia. Acredito que alguns dos dados surpreendam muitos dos leitores, tanto quanto me surpreenderam a mim. Por exemplo, as dezenas de

nacionalidades de jovens nas escolas, oriundos dos “quatro cantos do Mundo”. E, na verdade, inspiraram-me um pensamento por absurdo: os movimentos migratórios continuarão e, como desde sempre, modelarão a Humanidade em permanente evolução – imaginemos, por um instante, o que seria um pequeno País decidir rejeitar migrações por uma década que fosse neste início de século. Nós portugueses já conhecemos o efeito do fechamento de uma sociedade ao Mundo pelo efeito de uma ditadura isolacionista: empobrecimento, submissão social, emigração, atraso cultural, definhamento civilizacional. Basta, pois, imaginarmos o que seria neste contexto global de hoje, projectado no futuro – um País ínfimo geograficamente, em acelerada depressão demográfica, desqualificado economicamente, exaurido de auto-estima e, muito provavelmente, progressivamente conformado com a sua própria irrelevância enquanto Nação, deixando a força da sua História ir sendo paulatinamente consumida nas coberturas dos esquifes dos últimos velhos que a sabiam.

Não quer dizer que não aconteça a muitas outras Nações actuais, mas tendo a ter por seguro que a rejeição da realidade migratória actual (que é uma oportunidade evidente de regeneração), significaria, num País como o nosso, o tal e muito citado “passo em frente para o abismo”.

Ligia Silva e Miguel Cabral, médicos na Unidade Local de Saúde São João, apresentam-nos uma súmula sobre os desafios com que são confrontados na sua missão de acolhimento a imigrantes no Serviço Nacional de Saúde. Lidando também com a barreira da língua, afrontam muitas vezes dificuldades profissionais maiores na medida em que há migrantes que nem histórico clínico possuem. Todavia, cumprindo o compromisso da universalidade da assistência em saúde, recorrendo a soluções criativas e muita dedicação pessoal, vão conseguindo assegurar a quem chega o mesmo nível de resposta de qualquer cidadão nacional.

Sofia Rente é professora de língua portuguesa e especializada em ensino a não falantes de português. Traz-nos um retrato auspicioso sobre a vontade de integração por parte dos imigrantes que ensinou. A língua portuguesa é complexa por si só e, por essa mesma razão, mais difícil de aprender por parte de adultos, na sua maioria falantes de línguas com raízes algo distantes das do Grupo Itálico. Fizeram da camaradagem uma arma e através da

convivência e da empatia natural, superaram essa dificuldade que, nas palavras da autora, se transforma sempre numa vantagem recíproca.

Manuel Oliveira, quadro da Espaço Municipal ligado à gestão do TECMAIA, traz-nos a atmosfera muito positiva em que desempenham os migrantes mais qualificados, ao serviço de multinacionais tecnológicas. Neste “nicho” de imigração, percebe-se com mais clareza a enorme vantagem humanística e cultural da partilha entre pessoas das mais diversas origens. Sem as mais agrestes dificuldades dos imigrantes menos qualificados (nem a língua, aqui, é uma barreira), estes “trabalhadores errantes” podem usufruir em pleno dessa riqueza inter-cultural, a ponto de alguns acabarem por se fixar, abandonando a errância. Uma prova cabal de que as fronteiras são ligações e não fissuras.

Deste rico acervo de testemunhos, retiro um traço comum em modo de conclusão de conforto: as narrativas catastrofistas e alarmistas sobre imigração, são isso mesmo e só!

Enquanto sociedade, não há o menor ganho em diabolizarmos os imigrantes que procuram o nosso País para viver. Pelo contrário, deveremos tudo fazer para que se estabeleçam com dignidade cidadã. Estamos, continuamente, em perda da capacidade de “auto-rejuvenescimento” populacional e lidamos mal com os malbaratados cuidados para com os nossos idosos. Sem o auxílio de populações jovens de outras nacionalidades que escolham viver connosco, soçobraremos em menos de uma década.

Os receios de perda na identidade nacional são, também, um fantasma demagógico, na medida em que essa “identidade” degrada-se a olhos vistos e ritmo acelerado “à distância” e numa espécie de invasão amigável, através do consumo digital por um lado; e, por outro lado, apenas depende de nós portugueses saber a arte de partilhar com quem chega a nossa história e as peculiaridades da nossa mundivisão, para que nos gostem e respeitem.

Há muito trabalho político e de governação a fazer no sentido de otimizar as vantagens das migrações que não pararão. Além de uma mais fina avaliação de necessidades e um mais apurado planeamento da integração no mercado de trabalho, talvez não seja despiciendo termos bases de dados e informação melhor concebidas e mais inter-operativas – percebi com este trabalho na TM#07 que ainda nos faltam dados e, os que temos, estão algo

dispersos, o que não permite aplicar-lhes inteligência analítica com vista a extrair sínteses assertivas.

José Carlos Mota, Professor na Universidade de Aveiro, contou num episódio recente de um *podcast*⁵ uma história que me impressionou muito: conheceu o caso de um aluno imigrante que não conseguiu fazer um único amigo português durante todo o curso. Por entre todos os contactos que fiz na Maia, nada de parecido me foi relatado, pelo contrário.

Não significa que não haja imigrantes com problemas na Maia – estão sinalizados alguns (poucos) mas que padecem mais por via de falha na assumpção das responsabilidades institucionais dos Países de origem ou da nossa Administração Central, sendo que é o Município que acode e resolve quando as situações se agudizam.

Vem da minha infância, pelo menos, um ditame com que era confrontado quando me envolvia em travessuras menos inocentes: “nunca faças a outrem o que não gostarias que te fizessem a ti”! Ficou por lição única, para a vida. Portugal continua a ter emigração e eu não gostaria mesmo nada que nos Países para onde vão os meus compatriotas houvessem bufões a arrojar diatribes contra eles. Como aconteceu com meus familiares e amigos.

O Mundo está perigoso. Exigirá de todos nós muito mais esforço de cidadania e sentido de comunidade (mesmo entre “diferentes”) do que aquele que fomos despendendo ao longo das últimas gerações. Não é tempo para alimentarmos ganâncias nem fissuras.

Este Planeta, que exaurimos enquanto humanos, sobreviverá apesar de nós, mas expulsará a Humanidade se persistirmos no caminho da auto-destruição.

Ora, toda a auto-destruição é aviltante, sendo negligente é grosseiramente estúpida.

Prelada, 17 de Outubro de 2024

(*) Arquitecto.

Consultor do Município da Maia em Ordenamento do Território e Arquitectura.

Editor e responsável científico da Revista Terra Maia.

5. O “WOOL | Covilhã UrbanArt” é uma plataforma multimédia que tem o referido podcast conduzido por Filipa Belo (<https://www.facebook.com/share/p/YqwyQj2FsoJDNyQ6/>)



TIPOS DE MIGRAÇÕES ATUAIS

António Vitorino (*)

As Migrações atuais caracterizam-se por dois aspetos fundamentais: a sua crescente expressão à escala global e a rapidez da mudança dos fluxos migratórios (flexibilidade).

O número total de Migrantes à escala global em 2024 cifra-se em 281 milhões, cerca de 3,6 % da população mundial. Em 2000 eram cerca de 150 milhões, representando nessa altura 2,8 % da população do Planeta.

Quando olhamos para os fluxos migratórios a partir da Europa – hoje praticamente todos países de destino de fluxos migratórios – focamo-nos sobretudo numa perspectiva de movimentos do Sul do Planeta em direção ao Norte.

Contudo, estima-se que na União Europeia vivam 27,3 milhões de migrantes, representando cerca de 6% da respetiva população.

Neste momento a maioria dos fluxos migratórios não se registam do Sul para o Norte, mas sim entre países do Sul. Ao contrário de algumas narrativas que pretendem criar a ideia de que “a Europa está sendo invadida” em particular por imigrantes vindos de África, importa sublinhar que apenas 16% dos africanos que imigram se dirigem para o continente europeu, enquanto mais de 80% migram dentro do continente africano.

Os países europeus que acolhem um maior número de migrantes registam entre 10% e 12% da sua população total. É este também o caso de Portugal (estimando-se entre 700.000 e 1 milhão de imigrantes presentes no nosso país).

A repartição destes imigrantes nos países de acolhimento ou destino é muito diferenciada. Seguindo a tendência das populações dos países de destino, mais de 60% dos migrantes tendem a fixar-se em zonas urbanas.

No caso português, as zonas de destino mais procuradas são a grande Lisboa (incluindo Setúbal) e o Algarve. O distrito do Porto surge apenas em quarto lugar com cerca de 66.400 migrantes registados, representando cerca de 3,6% da respetiva população. Os números referentes ao concelho de Maia estão em linha com o distrito (4.541 migrantes registados, cerca de 3,3% da população total do concelho).

Do ponto de vista da composição dos fluxos migratórios podemos dizer em termos global que o número de migrantes masculinos é ligeiramente superior ao dos migrantes femininos, embora nas últimas décadas tenha aumentado

o número de mulheres que imigram sozinhas, ou seja, sem ser para se reunirem com os maridos (como era predominante no passado) ou mesmo sem o fazerem quando todo o agregado familiar imigra.

A esmagadora maioria dos migrantes fazem-no em busca de um trabalho. Mais de 170 milhões são, por isso, trabalhadores migrantes. A reunificação familiar constitui outro dos grupos de imigrantes (em regra mulheres e filhos do imigrante) a ter em consideração, sobretudo na vertente de acesso à educação e à saúde por parte do agregado familiar e cada vez mais de acesso ao mercado de trabalho (na medida em que as mulheres que se juntam aos maridos passam também a procurar trabalho).

Nesta descrição não se incluem destacadamente os refugiados, ou seja, aquelas pessoas que pedem asilo por serem objeto de perseguições individuais que põem a sua vida em risco e que por isso têm direito à proteção internacional nos termos da Convenção de Genebra de 1951 e outras formas de proteção subsidiária. No Mundo inteiro são cerca de 38 milhões e apenas 10% são acolhidos na Europa, sendo que a esmagadora maioria se encontra em países do hemisfério Sul do Planeta.

Muitas vezes as estatísticas de acolhimento incluem uns e outros (migrantes e refugiados) na mesma classificação atendendo a que têm em comum serem pessoas oriundas de outros países e que em termos de presença no país de destino apresentam características e necessidades muito semelhantes. Portugal é um país que não se apresenta como destino de um número significativo de refugiados em termos europeus, embora também entre nós os pedidos de asilo tenham vindo a aumentar constantemente nos últimos anos. A isto acresce a chegada de ucranianos como consequência da invasão russa do seu país e que beneficiam de um estatuto específico de proteção legal (proteção temporária). São cerca de 4 milhões de ucranianos nestas condições nos vários países da União Europeia.

A realidade dos números nem sempre se impõe às percepções que formam as populações dos países de destino quanto ao número de imigrantes presentes no território. Frequentemente quando perguntados sobre o número de imigrantes presentes em percentagem da população, os cidadãos dos países europeus exprimem percepções duas, três e mesmo até cinco vezes superiores aos números reais.



Este erro de avaliação funciona frequentemente como caldo de cultura para muitos discursos agressivos em relação aos migrantes que infelizmente vemos proliferar.

A segunda característica apontada tem a ver com a rapidez e flexibilidade dos fluxos migratórios. O nosso país é um bom exemplo desta característica.

Sendo Portugal historicamente um país de emigração (isto é, portugueses que saíam do país em busca de trabalho e melhores condições de vida no estrangeiro), como foi o caso dos fluxos portugueses para a França, a Suíça e a Alemanha nos anos 60 e 70 do século passado, nos finais do século XX e princípios do século XXI, tornamo-nos progressivamente um país de destino de imigrantes.

Com a chegada a Portugal dessas pessoas oriundas de países estrangeiros, Portugal tem sido nestas últimas décadas simultaneamente um país de destino para imigrantes, mas também de origem, na medida em que continuou a haver fluxos de saída do país para aqueles países europeus

e também para o Reino Unido já durante o século XXI. Sem embargo, a principal diferença é que a partir da adesão de Portugal às Comunidades Europeias (em 1986), os portugueses passaram a deslocar-se no espaço europeu enquanto cidadãos de pleno direito, usufruindo da liberdade de circulação e sem estarem sujeitos às regras que regulam a entrada e estadia dos imigrantes na União Europeia.

Mais recentemente, os fluxos de migrantes portugueses conheceram um novo impulso, em especial durante a crise financeira de 2007-2008, muito centrado na imigração de jovens qualificados em busca de empregos mais bem remunerados por comparação com os baixos níveis salariais vigentes em Portugal.

Em paralelo, o nosso país tornou-se país de destino não só de cidadãos europeus (reformados, quadros qualificados, nómadas digitais) mas também de imigrantes, sobretudo oriundos dos países de expressão oficial portuguesa, em especial o Brasil, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Esta imigração tinha a característica de ter a língua portuguesa como língua materna ou como língua oficial do país de origem, o que constituiu sem dúvida um fator muito favorável à sua vinda e integração.

Esta migração relacionada com a identidade linguística conhece duas exceções e um processo de aceleração nos anos mais recentes.

A primeira exceção reporta-se à relevante presença da comunidade ucraniana no início do século XXI. Num curto espaço de tempo, os ucranianos que imigraram para Portugal constituíram-se como a segunda maior comunidade estrangeira presente entre nós, em larga medida devido às oportunidades de trabalho no sector da construção civil. Sem laços históricos de relacionamento com o nosso país, chegaram a ser cerca de 90 mil os ucranianos que se distinguiram por um relevante esforço de aprendizagem do português que, aliás, acabaram por falar com grande correção.

Com a crise da construção civil em Portugal após 2004, quase metade dessa comunidade acabou por deixar Portugal regressando ao seu país ou indo para Espanha, onde o mercado da construção estava pujante e apresentava oportunidades de trabalho.

Recentemente houve novo fluxo de chegada de ucranianos em virtude da invasão russa do seu país, fluxo esse que beneficiou do apoio europeu e do acolhimento dos seus compatriotas aqui estabelecidos.

A segunda exceção é muito recente (últimos 5 anos) e tem a ver com a chegada de imigrantes provenientes do Índia, Bangladesh, Nepal, Paquistão, um fluxo sem tradição histórica entre nós e que naturalmente não domina a língua portuguesa. Só os imigrantes indianos representam já hoje a quarta maior comunidade de imigrantes entre nós.

Este fluxo migratório relevante reveste-se de características distintas dos fluxos antecedentes conhecidos entre nós, exigindo respostas moldadas às suas especificidades, em termos de acolhimento e integração, a começar pela relevância crucial da aprendizagem da língua portuguesa.

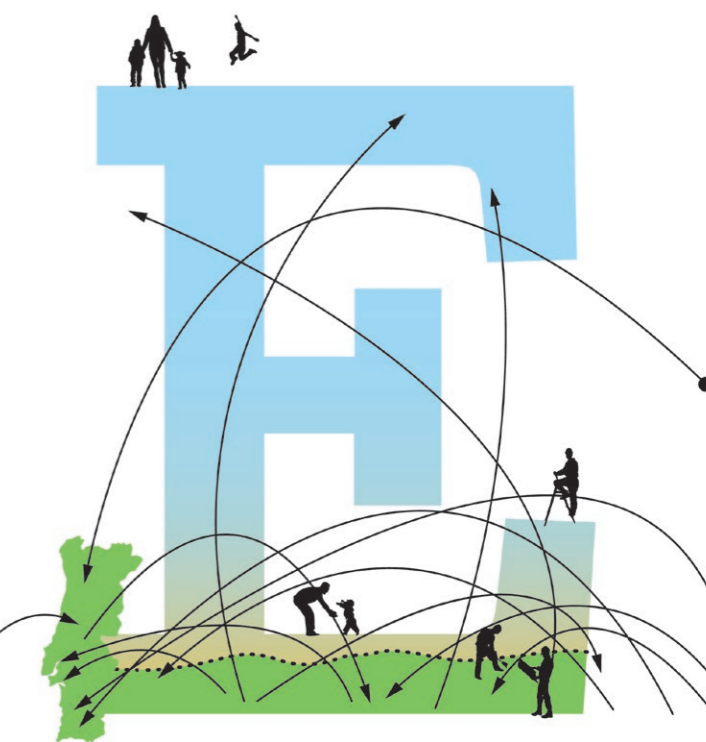
O crescimento do fluxo migratório proveniente do Brasil é o grande responsável pelo aumento dos imigrantes presentes no território nacional – em especial nos anos de 2022 e 2023 (sendo a nacionalidade mais representada no concelho da Maia).

Com efeito, cerca de 35% a 40% do total dos imigrantes em Portugal são brasileiros. Este fluxo migratório tem sido constante e os dados disponíveis indiciam que tende a perdurar, embora haja uma taxa de rotação que explica a chamada re-emigração (imigrantes em Portugal que acabam por migrar para outro país, em regra no continente europeu).

Os dados quanto à proveniência e composição das comunidades imigrantes presentes entre nós que temos vindo a usar são sobretudo baseados em estatísticas oficiais que, contudo, ainda não refletem totalmente o contingente de imigrantes que aguardam a completa regularização da sua situação no nosso país. Sem embargo, a evidência empírica não põe em causa o essencial da descrição feita.

Como atrás se referiu, a esmagadora maioria dos imigrantes vêm até nós em busca de trabalho e preenchem assim lacunas do nosso mercado laboral, particularmente naqueles sectores e postos de trabalho que registam menos procura por parte dos portugueses.

Carece, pois, de fundamento o argumento de que “eles vêm ocupar os nossos postos de trabalho”. Não só estamos numa situação que se pode considerar de pleno emprego como a oferta de emprego cresceu ao mesmo tempo que



aumentava o número de imigrantes entre nós, no contexto de uma sociedade em processo de envelhecimento e com falta de mão de obra em alguns sectores da economia.

Num estudo recente publicado pelo Banco de Portugal referente ao ano de 2023, os sectores da economia onde a mão de obra imigrante é mais representativa em relação ao total dos trabalhadores por conta de outrem são a agricultura e pesca (40% do total da mão de obra com destaque para os imigrantes da Índia, Nepal e Bangladesh), alojamento e restauração (31%), atividades administrativas (28%) e construção (23%).

Estes dados demonstram que a presença dos imigrantes é essencial para um conjunto muito relevante da nossa economia e que as condições de acolhimento desses imigrantes com dignidade, respeito e sem discriminação constitui não só um dever moral dos portugueses como corresponde ao nosso interesse em preservar a coesão e a solidariedade numa sociedade mais diversa e plural.

Lisboa, 9 de Setembro de 2024

(*) Advogado e Professor.

Foi Deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, Juiz do Tribunal Constitucional, Ministro da Presidência e da Defesa Nacional, Comissário Europeu da Justiça e Assuntos Internos e Director-Geral da Organização Internacional das Migrações (agência das Nações Unidas).

É o actual Presidente do Conselho Nacional para as Migrações e Asilo.



MIGRAÇÕES NA(S) ECONOMIA(S) – DIREITOS E TRABALHO DIFERENCIADO

António Saraiva (*)

As migrações são uma constante ao longo da história da humanidade, motivadas por fatores como conflitos, desastres naturais e a busca por melhores condições de vida, segurança e oportunidades. No entanto, nas últimas décadas, o fenómeno migratório tem assumido uma complexidade crescente, desafiando não só as políticas internas dos países, mas também as relações internacionais, os direitos humanos e, sobretudo, a economia global.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Migração, em 2022, o número de migrantes internacionais atingiu os 281 milhões, correspondendo a 3,6% da população mundial, um aumento significativo face aos 80 milhões (2,3%) registados na década de 1970. Em 2023, assistimos a novos picos na mobilidade humana, impulsionados por fatores como as alterações climáticas, conflitos persistentes e disparidades económicas.

A migração apresenta-se em várias formas, desde as migrações económicas, políticas e forçadas até às ambientais. Cada uma destas categorias impacta de maneira distinta as economias e os mercados de trabalho. As migrações económicas, por exemplo, são motivadas pela procura de melhores oportunidades laborais e condições de vida. Por outro lado, as migrações políticas e forçadas resultam de conflitos, perseguições ou desastres naturais, forçando milhões de pessoas a buscar refúgio e estabilidade. As migrações ambientais têm origem nas alterações climáticas e nos desastres naturais, que comprometem a habitabilidade de determinadas regiões.

A capacidade de uma sociedade de acolher e integrar imigrantes depende de um conjunto de fatores, incluindo a eficácia das suas políticas migratórias, a disponibilidade de recursos de suporte e a receptividade dos habitantes locais à diversidade. Porém, essa capacidade não se baseia apenas em políticas internas robustas, exige colaboração internacional para tratar das causas profundas da migração, promovendo um ambiente de respeito mútuo e cooperação entre as nações.

A migração desempenha um papel vital nas economias modernas. Em países como Portugal, o desequilíbrio entre a emigração de profissionais qualificados e a imigração de trabalhadores menos qualificados coloca desafios, mas também apresenta oportunidades. Por um lado, perdemos talentos formados nas nossas universidades que procuram melhores condições no estrangeiro; por outro, Portugal

atrai trabalhadores que, mesmo com menores qualificações, são essenciais para preencher lacunas no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, Portugal, à semelhança de outros países europeus, tem assistido a um aumento de pedidos de asilo e de proteção internacional. Em apenas uma década, esses pedidos cresceram sete vezes, refletindo a crescente pressão migratória. Não há evidências estatísticas claras que demonstrem um balanço entre os que saem e os que chegam, mas este cenário exige uma análise rigorosa, sem simplificações, pois ambos os fluxos, de emigração e imigração, têm consequências profundas para a sociedade e economia.

Com a adesão à União Europeia, comprometemo-nos com a livre circulação de pessoas e bens, um princípio que não pode ser abordado de forma seletiva. Não podemos apoiar a livre circulação de bens enquanto tentamos restringir o movimento de pessoas; isso seria um contrassenso ao espírito de solidariedade e integração europeia. O que tem de ser feito é gerar crescimento económico no espaço da União Europeia e, nesse crescimento económico, cada país, per si, criar condições, para reter e desejavelmente, atrair talento.

Contudo, a questão não é meramente económica; é também profundamente humana. Muitos dos que chegam procuram não apenas trabalho, mas também segurança, estabilidade e uma comunidade que os acolha. Os desafios de integração são significativos. O custo de vida, particularmente a habitação e os impostos, podem ser proibitivos, e não apenas para os imigrantes. Estes problemas afetam todos os residentes e exigem soluções integradas que vão além do mero ajuste dos níveis salariais.

A responsabilidade não recai apenas sobre o governo ou qualquer entidade individual; é uma questão coletiva. As empresas, os sindicatos, as organizações civis e cada um de nós tem um papel a desempenhar. Por exemplo, é essencial que as empresas cumpram rigorosamente as leis laborais para garantir que os trabalhadores, independentemente de sua origem, sejam tratados com justiça e respeito. A Inspeção do Trabalho tem um papel crucial, garantindo que as condições de trabalho sejam adequadas e que as más práticas sejam corrigidas.

Para ser absolutamente claro: a imigração é essencial para manter e prosperar o mercado de trabalho nacional.



Contudo, os movimentos migratórios globais podem causar tensões nos sistemas sociais e laborais, especialmente quando não acompanhados de políticas de integração eficazes. A falta de regulamentação adequada pode sobrecarregar os serviços públicos e os sistemas de segurança social.

Para mitigar esses impactos, é fundamental que haja uma gestão eficaz dos fluxos migratórios e que as políticas de integração sejam robustas e inclusivas. A criação de um ambiente que promova a equidade e a coesão social é essencial para garantir que todos tenham a oportunidade de contribuir plenamente para a sociedade. Isso inclui a implementação de medidas para combater a exploração e garantir que todos os trabalhadores, independentemente do seu *status* migratório, tenham acesso a condições de trabalho justas e dignas.

Uma política de imigração económica bem estruturada deve ser proativa, indo além de uma simples aceitação passiva de trabalhadores. Deverá envolver acordos bilaterais com os países de origem, para que as necessidades do mercado de trabalho nacional sejam atendidas de forma equilibrada. Estas políticas devem também combater as redes de tráfico humano e garantir proteção social adequada aos migrantes.

É igualmente necessário reforçar a capacidade de acolhimento e integração dos migrantes. A Cruz Vermelha Portuguesa, por exemplo, tem desempenhado um papel fundamental no acolhimento e na integração de refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade, através de protocolos e programas de apoio direcionados. Oferecemos apoio em áreas essenciais como acesso a serviços básicos, assistência psicológica e orientação para a integração plena na sociedade portuguesa. Iniciativas como o FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração) são desenvolvidas com o objetivo de facilitar a inclusão dos migrantes, oferecendo formação, apoio jurídico e serviços de mediação.

Estes esforços visam assegurar que os migrantes, para além de encontrarem um refúgio seguro, possam integrar-se de forma ativa e digna na comunidade portuguesa. Trabalhamos com o compromisso de garantir que cada pessoa seja tratada com dignidade, tendo acesso a oportunidades que lhes permitam construir uma vida digna e sustentável.

Um fator crucial para o sucesso da integração dos migrantes é a comunicação clara com a população. É necessário explicar os benefícios e desafios da imigração, combater perceções erradas e promover uma compreensão mais profunda dos fluxos migratórios. A transparência nas políticas de imigração e a educação pública são essenciais para construir uma narrativa positiva e informada. É essencial contrariar a narrativa de que a maioria dos imigrantes são ilegais, que “roubam” empregos ou vivem de subvenções estatais. Estudos demonstram que a grande maioria dos imigrantes está legalmente presente nos países de acolhimento e contribui de forma significativa para a economia local. Além de ocuparem postos de trabalho, os imigrantes geram novos empregos e fomentam a diversidade e a inovação no mercado de trabalho. A sua presença pode ser vantajosa para a economia, trazendo novas competências, experiências e perspetivas que enriquecem o tecido social e económico dos países de acolhimento.

Por último, num mundo cada vez mais interligado, é crucial promover a harmonização das normas a nível global, respeitando simultaneamente as especificidades regionais. Este equilíbrio delicado entre globalização e regulação local é fundamental para garantir um desenvolvimento sustentável das economias.

Enquanto as soluções globais oferecem a estrutura e as orientações essenciais para a gestão das migrações, são as respostas locais que efetivamente moldam a experiência dos migrantes e determinam a eficácia do processo de acolhimento, integração, assimilação e cidadania. A cooperação entre políticas globais e iniciativas locais é crucial para assegurar que os migrantes realizem uma transição positiva e possam contribuir plenamente para a sociedade.

É fundamental que os esforços sejam orientados para a criação de políticas justas e sustentáveis, que promovam o desenvolvimento económico e social, respeitando os direitos humanos. A Cruz Vermelha Portuguesa continuará a desempenhar o seu papel, acolhendo e integrando os mais vulneráveis, mas também apelando a uma reflexão mais ampla e a uma ação conjunta que envolva governos, empresas, sindicatos e toda a sociedade civil.

Só assim conseguiremos construir um futuro mais justo, próspero e inclusivo, onde todos – incluindo os migrantes – possam contribuir para o crescimento e bem-estar do país. Num mundo cada vez mais interligado, a chave está em criar pontes, e não barreiras; em acolher, e não excluir; e, acima de tudo, em respeitar a dignidade de cada ser humano, independentemente da sua origem.

Lisboa, 16 de Setembro de 2024

(*) Especialista em Corporate Diplomacy, Gestor, Administrador e Docente.

Foi operário metalúrgico na Lisnave e trabalhador-estudante na Escola Industrial e no Instituto Superior Técnico; Administrador de várias empresas multinacionais no ramo Metalúrgico; Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP); Vice-Presidente do Conselho Económico e Social e da Business Europe. É o atual Presidente do Conselho de Administração do Taguspark e da SPAL.

Desde Julho de 2023 é o Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.





QUEM ACOLHE UM MIGRANTE, ACOLHE A CRISTO

Américo Aguiar (*)

Começo por agradecer o convite que me foi feito, para partilhar com todos os que nos lerem o que penso e sinto sobre um tema que considero decisivo, no tempo que vivemos.

Sempre fui particularmente sensível a todas as questões relacionadas com a cidadania e o fenómeno migratório é claramente uma questão que nos centra nos deveres e direitos de todos os cidadãos, estejamos a falar de quem parte ou de quem acolhe.

Julgo que o melhor contributo que posso dar, por um lado, será reforçar as recentes palavras do Papa Francisco, a quem sirvo com total admiração e entrega. Por outro, a minha atual missão enquanto Bispo da Diocese de Setúbal permite-me falar com um conhecimento de causa, que anteriormente não possuía. A responsabilidade que me foi entregue, enquanto organizador da JMJ Lisboa 2023, será igualmente uma das minhas grandes referências em tudo quanto diga respeito às capacidades humanas de autêntica comunhão entre povos, sem barreiras, sem condições, sem preconceitos.

Mas começamos pelo nosso querido Papa Francisco. No passado mês de junho, no vídeo que o Apostolado de Oração publica mensalmente, o foco esteve na realidade dos migrantes. Permito-me citar o texto: “Queridos irmãos e irmãs, quero que neste mês rezemos pelos que fogem do seu país. Ao drama que vivem as pessoas forçadas a abandonar a sua terra, fugindo de guerras ou da pobreza, se une tantas vezes o sentimento de desenraizamento, de não saber aonde se pertence. Além disso, em alguns países onde chegam, os migrantes são vistos com alarme, com medo. Aparece então o fantasma dos muros: muros na terra que separam as famílias e muros no coração. Nós cristãos não podemos partilhar esta mentalidade. Quem acolhe a um migrante, acolhe a Cristo. Devemos promover uma cultura social e política que proteja os direitos e a dignidade do migrante. Que os promova em suas possibilidades de desenvolvimento. E que os integre. A um migrante temos de o acompanhar, promover e integrar. Rezemos para que os migrantes que fogem das guerras ou da fome, obrigados a viagens repletas de perigos e violência, encontrem aceitação e novas oportunidades de vida.” O que seria do mundo, da Europa, de Portugal ou da minha tão querida Maia, se levássemos estas palavras até ao fim?

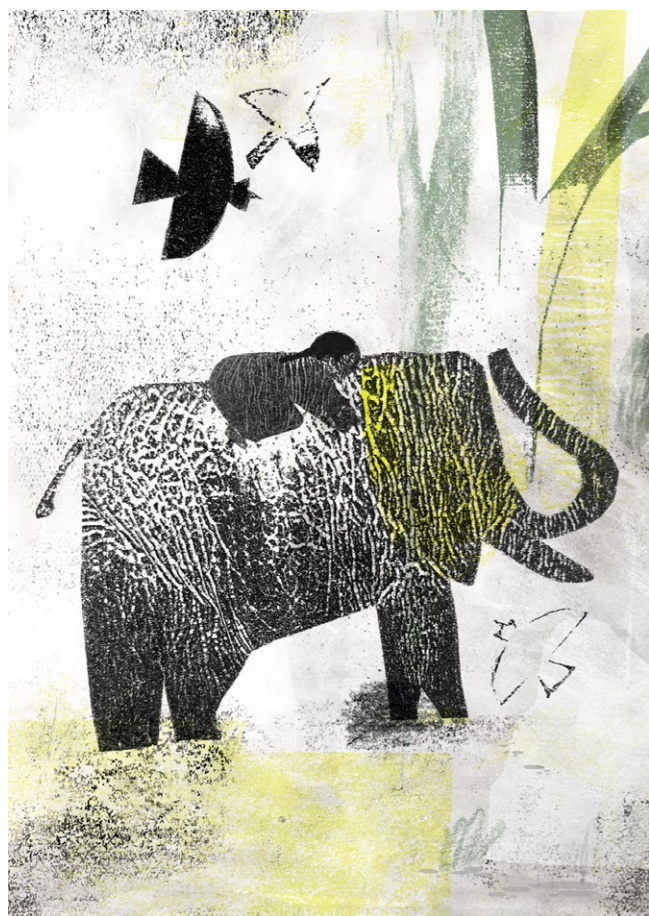
Passaram-se dois meses sobre a publicação deste vídeo e o Papa, na Praça de São Pedro, e perante milhares de peregrinos e visitantes, reforçou o que pensa sobre esta matéria, com uma firmeza que nos provoca. Disse-nos o Papa: “É preciso dizê-lo claramente: há quem trabalhe de forma sistemática e com todos os meios para repelir os migrantes. E isto, quando feito com consciência e responsabilidade, é um pecado grave (...) do Mediterrâneo já falei muitas vezes, porque sou bispo de Roma e porque é emblemático: o *‘mare nostrum’*, lugar de comunicação entre povos e civilizações, tornou-se um cemitério. E a tragédia é que muitos destes mortos, a maioria, poderiam ter sido salvos”. E do mar, passou para o deserto: “Muitas vezes não estamos a lidar com mortes naturais. Às vezes levam-nas [pessoas] até aos desertos e abandonam-nas”.

É bem verdade que no nosso Portugal, estejamos a falar do Norte que me viu nascer, ou desta península de Setúbal, donde vos escrevo, não enfrentamos estes limites dramáticos, onde a vida e a morte parecem ser iguais. Mas conhecemos tantas outras formas de repudiarmos, de ignorarmos ou até mesmo de maltratarmos quem deixa a sua terra, por falta de trabalho, de pão, de vida.

O Papa Francisco pede que se atinja uma “governança global das migrações baseada na justiça, na fraternidade e na solidariedade” e que se proceda à “expansão de rotas de acesso seguras e regulares para os migrantes, facilitando o refúgio para aqueles que fogem de guerras, violência, perseguições e vários desastres”.

Estas linhas podem parecer metas inatingíveis, pois se não conseguimos tratar os “nossos” com justiça, fraternidade e solidariedade, como conseguiremos tratar dos irmãos que chegam de África, do Brasil, do longínquo Oriente, das Índias? Não considero errado que se faça a pergunta. Mas o que peço sempre, até a mim próprio, é que sejamos capazes de procurar respostas com verdade e espírito de justiça.

Quantos dos “nossos” não têm no seu passado, familiares que partiram para África, para o Brasil, para a Europa? E a nossa história, cheia de rotas e de descobertas de novas gentes e novos continentes? A nossa evangelização que atravessou verdadeiramente o mundo? Julgo que somos um povo particularmente apto a desenvolver esta consciência de uma nova humanidade, que não pode, nem deve afastar, ignorar, repudiar outras gentes.



Nesse passado dia 28 de agosto, o Papa Francisco apelou precisamente a que sejamos de ajudar: “de todos os modos possíveis os migrantes de hoje, também com o sustento da nossa oração”.

Ao falar em oração, gostaria também de partilhar convosco o que tenho aprendido ao visitar inúmeras comunidades de migrantes que vivem na diocese de Setúbal. Uma simples Celebração da Eucaristia, ou um funeral a que presido, ou as visitas pastorais, que tantas vezes implicam a imposição do sacramento do Crisma, são sempre motivos de festa, de alegria, de vida. Apesar das dificuldades, das situações de carência, das diferenças culturais, regresso de coração cheio e determinado a continuar a defender os direitos de cada homem, mulher e criança que, por alguma razão, se deslocaram das suas terras de origem; assim como sinto a mesma obrigação de recordar os deveres que temos enquanto país que acolhe para com todos eles.

Durante a preparação da JMJ Lisboa 2023, corri todo o nosso País e andei pelo mundo. Senti sempre aquele espírito que traz consigo uma dimensão nova a todas as coisas, um amor pelo próximo que nos enche a alma. Na sede, instalada numa zona antiga da cidade de Lisboa, onde muitos migrantes habitam, tínhamos jovens vindos de muitos países, eles próprios migrantes por um tempo determinado, e sempre admirei a capacidade de terem deixado casa e família e se integrarem de uma forma tão plena e bela. Mais tarde, já em plena semana da Jornada, olhava para os milhares de jovens, para as bandeiras do mundo inteiro (faltaram-nos as Maldivas, bem o sabemos); a comunhão e alegria que se espalhava pelas ruas e parecia subir ao céu provou-nos a todos como é possível não haver diferenças de raças, credos, condições sociais ou económicas. Dirão que foi um encontro, uma semana que começou e terminou, um “produto” específico que nada tem a ver com a realidade de todos os dias e de todos os países. Pode ser verdade. Mas sem a realidade de uma experiência verdadeira, como seremos capazes de traçar caminhos de futuro, de fazermos pensamento sobre as coisas, de mudarmos rumos e avançarmos para um mundo mais justo e saudável?

A direção desta revista enviou-me algumas notas sobre a realidade da migração na Maia, assim como me alertou para a realidade de um ciclo que caracteriza todo o processo migratório: Acolhimento, Integração, Assimilação e Cidadania plena.

Não me senti surpreendido com os dados. Uma maioria de população brasileira, uma maioria de migração feminina... Ao Brasil segue-se a Ucrânia, Angola, Venezuela, China, Espanha, Itália e é impressionante o número de quase 100 nacionalidades e estamos a falar de dados de 2021... Seremos capazes de ver a riqueza que esta realidade representa? Os dados referentes aos estudantes são igualmente expressivos e referem-se ao ano letivo de 2023-2024: quase 800 alunos, do Pré-escolar ao Secundário, provenientes de 30 países, de 4 continentes.

Quando afirmamos que os jovens são o presente do mundo, mais do que o futuro, números como estes, obrigam-nos a refletir, a perceber que o mundo não anda para trás, apenas para a frente e que o nosso caminho tem de ser feito de mãos dadas com os migrantes que vivem entre nós.

Somos conhecidos como um povo acolhedor, essa é uma característica que dificilmente se apaga da nossa identidade e matriz cultural; também somos capazes de integrar e nos integrarmos. A miscigenação marcou o nosso passado colonial, sem a carga negativa que tantos outros países conheceram; mas os passos seguintes já não serão nem tão fáceis, nem tão óbvios. Mas a assimilação e a cidadania plena precisam de um trabalho estruturado, de uma estratégia definida, de uma vontade política eficaz. Não quero entrar em questões polémicas, mas todos estamos conscientes das dificuldades que atravessamos neste campo.

No entanto, não seria coerente com a minha Fé e a minha opção de vida, se não me colocasse diante de Deus e dos homens, sem anunciar o que Jesus nos pediu e pede todos os dias: amai os outros como a vós mesmos.

E volto às palavras do Papa Francisco: sejamos “sinal de uma humanidade que não se deixa contagiar pela má cultura da indiferença e do descarte”.

Este é um enorme desafio. Para a população da Maia, do Porto, de Setúbal, de Lisboa, de todo o Portugal. Este é um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta, a par das guerras e das alterações climáticas, principais responsáveis pelos movimentos migratórios de milhões de homens, mulheres e crianças. Aqueles que são os mais pobres e frágeis deste tempo.

Setúbal, 16 de Setembro de 2024

(*) Desempenhou funções políticas em órgãos autárquicos. Foi eco-conselheiro da Câmara Municipal da Maia. É Presidente da Assembleia Geral da Associação de Municípios Corredor do Rio Leça.

Desempenhou inúmeras funções de responsabilidade na Diocese do Porto. Assumiu cargos dirigentes em vários órgãos de comunicação social ligados à Igreja Católica. Dirigiu todo o processo de reabilitação do conjunto monumental da Igreja, Casa e Torre dos Clérigos, no Porto. Presidiu à Fundação da Jornada Mundial da Juventude, Lisboa 2023. Foi Bispo Auxiliar de Lisboa. Em 2023 foi elevado a Cardeal pelo Papa Francisco.

É o actual Bispo de Setúbal.



OS MIGRANTES QUE TODOS (NÓS, OS PORTUGUESES) SOMOS

Mário Nuno Neves (*)



O termo “migrar” tem a sua origem etimológica no verbo latino “*migrare*” que significava mudar de lugar, deslocar-se, mudar de residência.

Hoje, quando pensamos em “migrações”, por regra só nos atemos nas suas principais expressões, que são “emigração”, “imigração” e “refugiados”, que associamos àqueles que partem, àqueles que chegam e àqueles que fogem, e por regra, laboramos sobre as mesmas numa relação de “nós para com os outros”. Nós, que por uma razão ou outra partimos para viver noutra terra, terra de outros, nós, que vemos outros chegar ao nosso país, a nossa terra, nós, que vemos chegar à nossa terra, outros de outras terras, que das mesmas fogem para aqui encontrarem refúgio.

É muito raro debruçarmo-nos sobre as “migrações” centrados apenas em nós próprios, esquecendo-nos que as ditas são a causa direta daquilo que somos.

Nós, portugueses, somos um permanente produto das “migrações”. Somos no que partimos e no que acolhemos e assimilamos cultural, mental, física e geneticamente.

Desde a pré-História que o território que hoje chamamos Portugal foi torrão de chegada e de partida, sendo um ponto de encontro de diversas civilizações ao longo dos milénios. Aquilo a que podemos chamar de identidade portuguesa contemporânea, resulta de uma mescla intrincada e permanente de povos que aqui se fixaram, influenciando a cultura, a língua e a genética. Na verdade, os portugueses, são um produto - ainda inacabado - de um caldeirão multiétnico.

As Primeiras Migrações conhecidas: Iberos e Celtas

Os primeiros habitantes da Península Ibérica são frequentemente identificados como os Iberos. Acredita-se que esses povos tenham habitado a região desde tempos pré-históricos, desenvolvendo culturas distintas que foram uma espécie de base civilizacional. A chegada dos Celtas no primeiro milénio a.C., com origem na Europa Central, marcou uma das primeiras grandes ondas migratórias que influenciou significativamente os iberos, pois introduziram novas técnicas agrícolas, uma metalurgia mais desenvolvida e uma nova organização dando origem à chamada civilização celtibera.

Fenícios, Gregos e Cartagineses

Os Fenícios, com origem no território atual do Líbano, foram os primeiros navegadores e comerciantes do

Mediterrâneo a estabelecerem colónias na costa ibérica, fundando cidades como Cádiz e Tartessos. A esta presença fenícia seguiu-se a dos Gregos e, posteriormente, dos Cartagineses, que enriqueceram e modificaram o mosaico cultural da península.

A Romanização

A chegada dos Romanos no século III a.C. à Península Ibérica e a sua integração no Império provoca uma verdadeira revolução civilizacional, com reflexos na língua, na administração civil, judicial e militar, nas infraestruturas e no urbanismo.

Suevos, Vândalos e Visigodos

A decadência e derrocada do Império Romano do Ocidente trouxe à Península Ibérica uma vaga migratória e conquistadora, composta por várias tribos germânicas: suevos, vândalos e visigodos, que aportaram alterações sociais, políticas, económicas, culturais e genéticas.

Berberes e Árabes

No início do século VIII, a Península Ibérica foi invadida por árabes e berberes provenientes do Norte da África. O domínio muçulmano, que durou, nalgumas partes da Península sete séculos, deixou marcas profundas na genética, na cultura, na arquitetura, na ciência, na agricultura, na gestão hídrica e na língua.

A Reconquista

A Reconquista foi o processo gradual pelo qual os reinos cristãos do norte da Península retomaram o controle dos territórios dominados pelos muçulmanos, que teve a participação de gente oriunda da Europa além-Pirinéus, que conjuntamente com a população local aceleraram a mistura com muçulmanos e judeus (estes na sua maioria oriundos de zonas em que já eram perseguidos) modificando, mais uma vez a salada genética portuguesa.

A Expansão e o Império

A partir do século XV, Portugal lançou-se na Expansão marítima e territorial, estabelecendo um vasto império, primeiro comercial e posteriormente colonial, que se estendia pela África, Ásia e América do Sul, que acarretou novas influências culturais e genéticas, à medida que portugueses se misturavam com povos de diversas partes do mundo. A miscigenação com africanos (acentuada com o fim da escravatura) ameríndios e asiáticos adicionou novas camadas à identidade portuguesa.

A Contemporaneidade

O século XXI trouxe a Portugal uma vasta onda migratória, sobretudo com origem no Brasil (ele próprio um extraordinário cadinho genético) e nos PALOP's, mas também em vários países da Europa e da zona do Índico, que, paulatinamente, já deu origem a uma nova miscigenação, o que fará com que, no futuro, os nossos netos e bisnetos portugueses, já tenham um material genético diferente do nosso, tal como o nosso difere já dos nossos tetravós.

Este sucinto, incompleto e rápido périplo pela nossa epopeia migratória enquanto povo, pretende apenas chamar a atenção de que os estrangeiros de hoje são parte importante da engenharia genética dos nacionais de amanhã, como sempre aconteceu, o que retira qualquer sentido aos discursos xenófobos e racistas que, por ignorância e má-fé, se começam a ouvir cada vez mais.

Eu, autor do presente texto, português de gema, com conhecimento dos seus antepassados até pelo menos ao século XIII, sou um verdadeiro documento, do ponto de vista genético dessa já referida epopeia migratória:

Material genético:

- Ibero – 81%;
- Berbere – 6,8%;
- Judeu Ashkenazi – 4,3%;
- Europa do Norte e Central – 4,2%;
- Outros – 3,7% (italiano e nigeriano).

Na verdade, sou um português de “raça pura” e a “raça pura” portuguesa é uma abençoada mistura de etnias, culturas e geografias, que faz com que nós caibamos em todos os outros e que todos os outros caibam em nós.

Composição Genética de Mário Nuno Neves



Falsidades e erros relacionados com a Imigração

Segundo o último (2023) Relatório da AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo - a população estrangeira residente em Portugal perfazia um total de 1.044.606 cidadãos, titulares de autorizações de residência, oriundos, sobretudo, do Brasil (35,3%); Angola (5,3%); Cabo Verde (4,7%); Reino Unido (4,5%); Índia (4,2%); Itália (3,5%); Guiné-Bissau (3,1%); Nepal (2,9%); China (2,7%); França (2,6%) e São Tomé e Príncipe (2,5%).

Neste universo de cidadãos estrangeiros, 53% são homens e 47% são mulheres, sendo a faixa etária mais representativa a compreendida entre os 20 anos de idade e os 49 anos de idade, embora - e muito importante - as crianças e adolescentes, entre 1 ano de idade e os 19 anos de idade, totalizem 121.212 pessoas.

Qualquer observador atento percebe que em relação aos imigrantes há uma retórica feita de falsidades e alguns erros políticos cometidos.

Em relação às falsidades, a primeira delas - e com efeitos mais nefastos - é a associação que alguns, por má-fé ou ignorância, fazem entre os imigrantes e a insegurança ou, melhor dizendo, entre os imigrantes e a criminalidade.

Na verdade, e pegando nos dados de 2023, a Polícia Judiciária procedeu à detenção de 1.723 pessoas, em que apenas 29% eram cidadãos estrangeiros, ou seja cerca de 500, número perfeitamente residual num universo de mais de um milhão de cidadãos imigrantes. A estes dados há que acrescentar que detenções não significam condenações e - muito provavelmente - algum “excesso de zelo” por parte de algumas forças policiais, quando perante a existência de um crime, na forma como qualquer cidadão imigrante, sobretudo não europeu, é detido perante indícios ténues.

Outra das falsidades mais comuns é que os imigrantes vêm “roubar” postos de trabalho aos portugueses e que estão a destruir a Segurança Social. Os imigrantes não “roubam” postos de trabalho, apenas ocupam aqueles em que não há portugueses para os ocuparem, ou não há portugueses que os queiram ocupar. Em determinados sectores económicos, como por exemplo a agricultura, as pescas, a construção civil, a restauração, entre outros, já mais de 40% são imigrantes e os empregadores admitem que sem eles as suas empresas não sobreviveriam. (Expresso, 1 de fevereiro de 2024).

Os imigrantes têm sido, pelas suas contribuições, os verdadeiros salvadores da Segurança Social, ao reporem algum equilíbrio entre a população ativa e a população aposentada ou reformada. Analisando os dados de 2022, os imigrantes foram responsáveis por um saldo positivo da Segurança Social de cerca de 1.604 milhões de euros.

É também a população imigrante que tem contribuído para o aumento – mesmo que ligeiro – da taxa de natalidade, representado já cerca de 15% do número total de nascimentos em Portugal.

Os principais erros políticos cometidos em relação à imigração foram pensar-se que se a economia precisava de mão-de-obra estrangeira e que a oferta de postos de trabalho disponíveis resolveria todos os problemas relacionados com a imigração, esquecendo que todos os imigrantes precisam de ser integrados através da disponibilização de condições mínimas para uma vida com dignidade. Aqui falamos, sobretudo, na aprendizagem da língua, na prestação de cuidados de saúde e em habitação. Tudo aspetos que a economia e o mercado de trabalho não resolvem sem a existência de políticas públicas fortes e sustentadas para a imigração. Não basta o País precisar de imigrantes é necessário que o Estado garanta condições para que a sua utilidade social seja otimizada, e não basta que essas condições – que não existem – sejam dadas apenas aos imigrantes, já que empregadores, municípios e promotores imobiliários precisam, também, de ser ajudados na boa integração desses novos empregados, munícipes e clientes.

Nada disso tem sido feito, como se a “mão invisível” de Adam Smith¹, fosse capaz de tratar do assunto, quando não é.

Como não é, assistimos todos os dias à exploração da mão-de-obra imigrante, à sua degradação por não lhes ser verdadeiramente garantida uma integração social que corresponda à necessidade social que o País dela tem.

1. Adam Smith, 1723-1790, filósofo e economista escocês, considerado o mais importante teórico do liberalismo económico. A sua obra “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”, 1776 é, ainda hoje, um marco na história do pensamento económico. Nota do Editor.

Se é verdade que em algumas zonas de Portugal é a própria comunidade de cidadãos nacionais, em parceria com o Poder Local, que faz um enorme esforço para ajudar à boa integração desses cidadãos, isso não basta, como não basta o esforço das instituições de solidariedade social. É preciso que o Estado, a administração central, não se limite ao tratamento burocrático dos processos de imigração, – e que tão mal o faz – tem que ir muito mais longe em matéria de apoios diretos aos Municípios, às empresas e às demais instituições, para que esses apoios revertam para o esforço coletivo de integração, enquadrados numa rigorosa fiscalização.

Os cidadãos imigrantes, tendo em conta o envelhecimento assustador da população portuguesa, são o nosso único seguro disponível para a viabilidade do nosso País no médio-prazo.

(*) Doutor em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais
Autarca
Docente Universitário

UM MUNDO NA MAIA, A MAIA COM MUNDO

Emília Santos (*)

É inegável que a política autárquica assenta num trabalho de grande proximidade de serviço à população. Essa proximidade proporciona aos responsáveis autárquicos as condições para identificar as necessidades da comunidade aos mais diversos níveis, com enorme potencial de prevenção de problemas e, por conseguinte, de desenho de soluções. Uma realidade tanto ou mais verificável quanto maior for a capacidade de trabalhar em rede com agentes locais, cada um com as suas competências e responsabilidades, por forma a contribuir para a consistência, eficácia, eficiência e sustentabilidade das políticas e dos programas desenvolvidos para responder às necessidades da comunidade.

A Maia é disso exemplo. Ao longo das décadas, o Município tem sabido contribuir, decisivamente, para o significativo desenvolvimento do território, acompanhando, de muito perto, o quotidiano da sua população. Não é por acaso que a Maia ocupa os lugares cimeiros, a nível nacional, nos padrões de qualidade de vida, sobressaindo a excelente oferta pública existente nas áreas da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Cultura e do Desporto.

A proximidade que existe entre os governantes locais e os cidadãos é um fator determinante para uma comunidade vibrante, dinâmica e aberta, assente em valores humanistas sólidos e inabaláveis. Tal tem-nos permitido encarar com tranquilidade, seriedade e consciência social o enorme desafio colocado pelo movimento migratório que também se faz sentir na Maia.

De facto, o nosso concelho tem fatores de atratividade que justificam o aumento da população migrante no território, quer as que se relacionam com as áreas sociais e culturais atrás referidas, quer as que decorrem do parque empresarial e industrial que existe na Maia – um dos maiores do País –, nomeadamente, ao nível do mercado de trabalho.

Por isso, através de mecanismos como o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação¹, e sempre num trabalho articulado com escolas e entidades sociais, procuramos levar a cabo e apoiar iniciativas que contribuam para o acolhimento e a integração de quem procura condições dignas de vida e de trabalho, não raras vezes em consequência de se terem visto forçadas a fugir a realidades atroz.

1. “MAIA EQUAL+ - Plano Municipal Para a Igualdade e Não Discriminação | Plano de Ações 2022-2025”, Maia, Novembro de 2022. Nota do Editor.



Chegada de Ucrânianos

Os dados mais recentes apontam as razões familiares e profissionais como os motivos de vinda para o nosso país, sendo inegável o contributo que já estão a dar para abrandar o envelhecimento da população, para colmatar a carência laboral em diferentes setores de economia, estimulando o tecido produtivo nacional, e para robustecer a própria Segurança Social. Sobejam, pois, razões para este esforço coletivo de acolhimento e integração.

É certo que, como também se tem percebido, tal não se afigura como uma tarefa fácil, desde logo porque, como acontece na Maia, existem migrantes provenientes de mais de cinco dezenas de países, das mais diversas latitudes. Uma extraordinária riqueza e diversidade cultural a que corresponde o desafio complexo de, por exemplo, promover a aprendizagem e o domínio da língua portuguesa, o reconhecimento das qualificações escolares, profissionais e de competências técnicas, a integração no sistema de ensino e no mercado laboral, entre muitos outros aspetos.

Pese embora as dificuldades, estamos conscientes que é prosseguindo uma política autárquica para as migrações inclusiva e humanista que promoveremos um ambiente de respeito, diversidade e coesão social, verdadeiramente fundamental para o desenvolvimento e o progresso da nossa comunidade.

(*) Licenciada em Psicologia e Pós-Graduada em Comunicação e Marketing Político, desempenhou diversos cargos autárquicos e foi Deputada à Assembleia da República nas XII^a e XIII^a Legislaturas.

Actualmente é Vice-Presidente e Vereadora com os Pelouros da Educação e Ciência, Saúde, Desenvolvimento Social e Demografia da Câmara Municipal da Maia e Presidente do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Universitário São João.

IMIGRANTES NA MAIA-UM MOSAICO CULTURAL EM EVOLUÇÃO

Equipa municipal (*)



Concelho em permanente desenvolvimento industrial e tecnológico, a Maia afirma-se, cada vez mais, como o território de preferência para viver e trabalhar, graças à qualidade de vida de que nele é possível usufruir. À sua localização no coração do distrito do Porto, com a multiplicidade de conexões aos concelhos limítrofes – e ao Mundo, através do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro e da proximidade ao Porto de Leixões – acresce a elevada qualidade dos serviços públicos prestados, com particular destaque para as áreas da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social.

Compreende-se, pois, que a Maia reflita também a dinâmica migratória que é comum em muitas partes do país e do mundo. As ondas de migração que a região tem testemunhado ao longo das últimas décadas têm transformado o tecido social, económico e cultural do concelho, transportando uma diversidade que é tanto um desafio quanto uma oportunidade para a comunidade local, seja quando falamos em educação, saúde, integração social, mercado de trabalho e cultura.

Perfil Demográfico e Origens

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entre 2012 e 2022, o número de residentes estrangeiros na Maia mais do que duplicou, passando de 1.898 para 4.541. Uma análise mais detalhada mostra duas fases distintas: um período de decréscimo, entre 2012 e 2015; e um outro momento, de forte crescimento, de 2016 em diante (Gráfico 1). Mesmo durante a crise pandémica da COVID 19¹, permaneceu a tendência de aumento, ainda que menos acentuado.

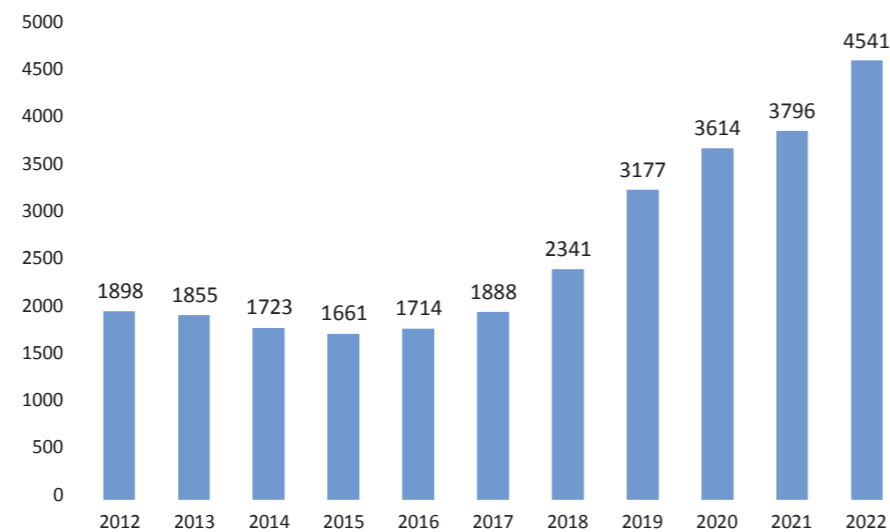


Gráfico 1 – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente na Maia, entre 2012 e 2022 (N.º)
Fontes de dados: INE, SEF/MAI – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

1. Pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19. Identificado inicialmente na cidade de Wuhan, China, em Janeiro de 2020, foi declarado uma ameaça de saúde pública internacional até Maio de 2023. Em face das emergências globais declaradas através de confinamentos mandatórios, dela se diz que “fechou o Mundo”. Nota do Editor.

Em 2022, o concelho da Maia registava cerca de 4.541 residentes estrangeiros, o que representa, aproximadamente, 3,3% da população total do concelho (138.818 habitantes), ocupando, assim, o quarto lugar do ranking dos concelhos com mais população estrangeira residente no distrito do Porto (Gráfico 2).



Sarau - Auditório Centro Paroquial de Mafamude VNG
Equipa DDS

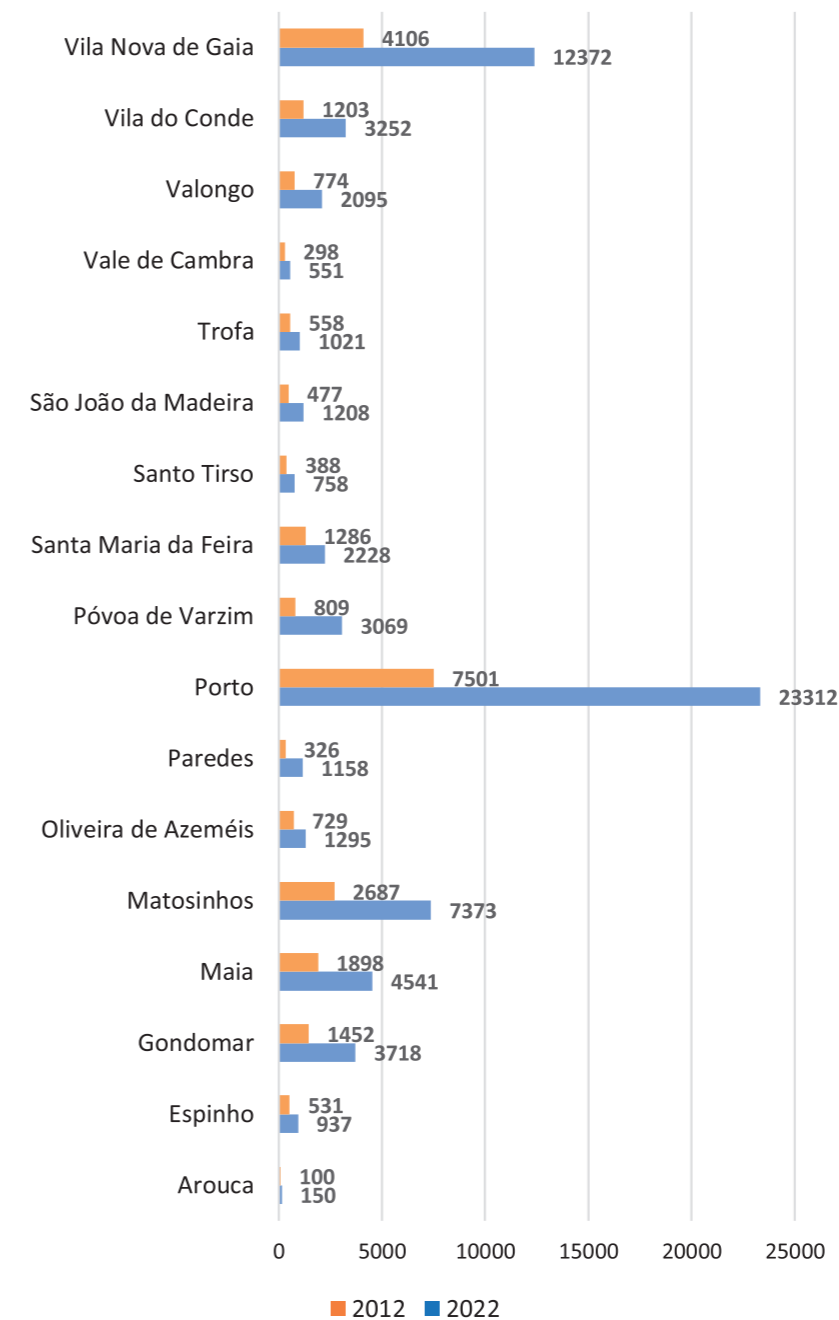


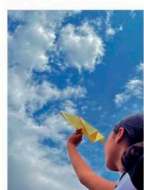
Gráfico 2 – Pessoas Estrangeiras com Estatuto Legal de Residente na Área Metropolitana do Porto, 2012 – 2022 (N.º)
Fonte de dados: INE | SEF/MAI – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente
Fonte: PORDATA

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

Buê
da Escolhas

10 ANOS | 4 GERAÇÕES

VIVÊNCIAS
OPORTUNIDADES
AFETO
RESILIÊNCIA



O Gráfico 3 sintetiza o número absoluto de pessoas estrangeiras a residir na Maia, por freguesia de residência, à data dos Censos de 2011 e 2021, o que nos permite observar que a proporção da população estrangeira aumentou entre os dois últimos momentos censitários, um fenómeno extensivo a todas as freguesias do concelho da Maia.

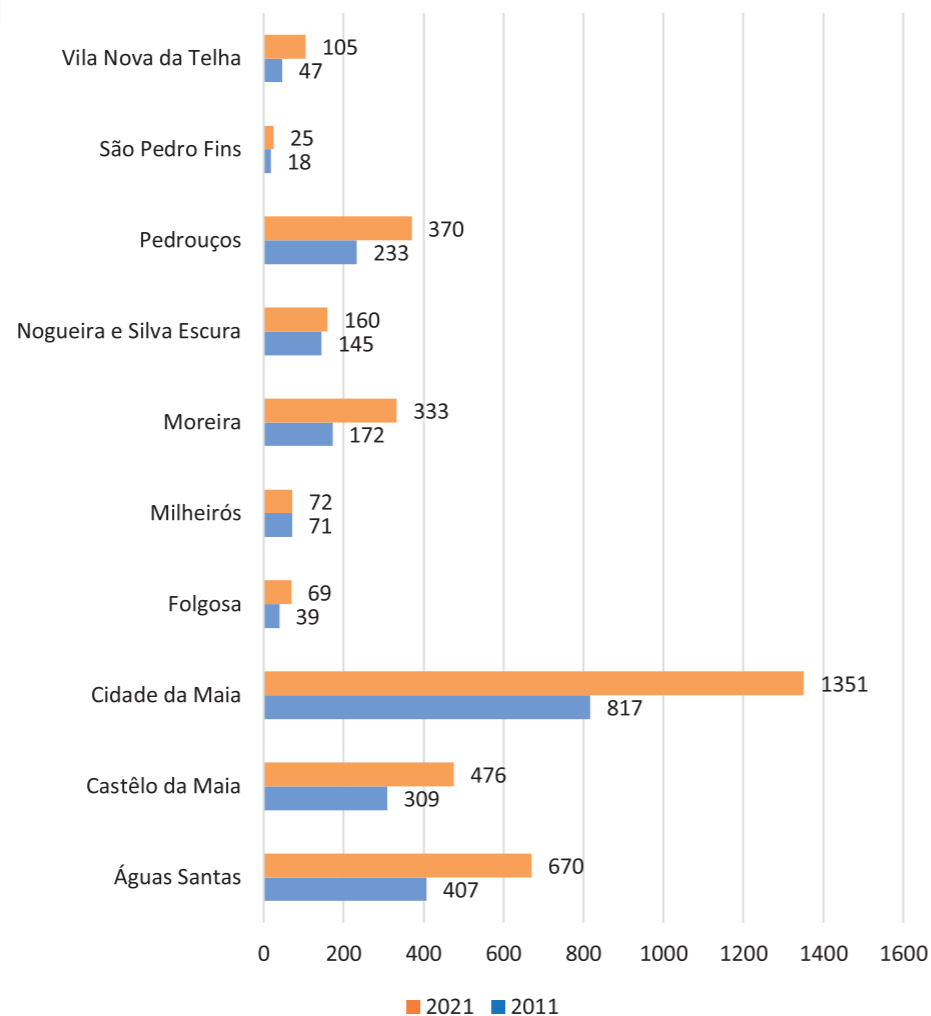


Gráfico 3 – População de Nacionalidade estrangeira Residente na Maia, (2011 e 2021), (NUTS – 2013) (Nº)
Fonte: INE, Recenseamento da População – Censos 2011 e 2021

As principais nacionalidades representadas na Maia incluem:

- a **brasileira**, com 2.637 residentes (58,1%),
- a **ucraniana**, com 213 residentes (4,7%),
- a **angolana**, com 157 residentes (3,5%),
- a **cabo-verdiana**, com 143 residentes (3,1%),
- a **chinesa**, com 111 residentes (2,4%).

Uma tapeçaria de culturas que enriquecem o tecido social do concelho. Esta diversidade manifesta-se não apenas na vida quotidiana, mas também nas várias iniciativas culturais que promovem a integração e o entendimento mútuo.

Em termos de distribuição por género, verifica-se uma predominância feminina (2.319) entre os migrantes, o que contraria a tendência nacional de uma maioria masculina. Este fenómeno pode estar relacionado com o tipo de emprego disponível, que pode atrair mais mulheres, como o trabalho no setor dos serviços, incluindo empregadas domésticas e cuidadoras.

Por outro lado, na Maia, a população de nacionalidade estrangeira tem um perfil etário mais jovem face à população portuguesa, expresso na maior proporção de pessoas em idade ativa – entre os 15 e os 64 anos – e na menor proporção de adultos de idades mais avançadas – 65 ou mais anos (Gráfico 4).

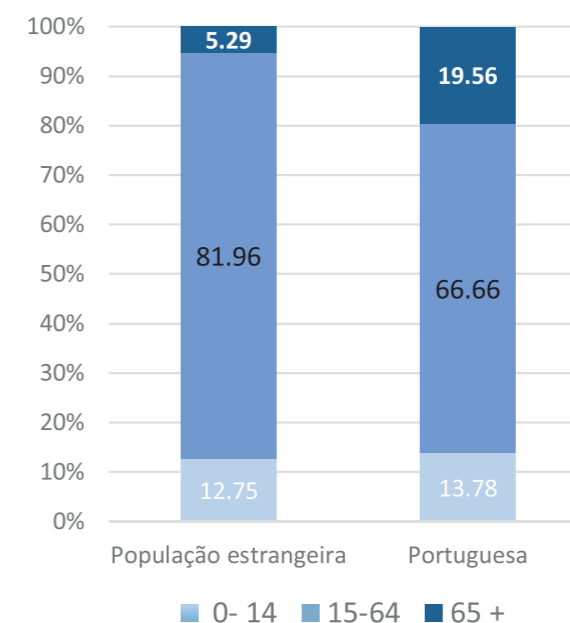


Gráfico 4 – Perfil etário da População de Nacionalidade estrangeira e portuguesa a residir na Maia, 2021(%)
Fonte: INE, Recenseamento da População – Censos 2021

Mais especificamente, 81,96% das pessoas de nacionalidade estrangeira no concelho tinha entre 15 e 64 anos, valor que se situava nos 66,66% na população de nacionalidade portuguesa. Por sua vez, apenas 5,29% da população estrangeira tinha 65 ou mais anos, ao passo que 19,56% de pessoas de nacionalidade portuguesa integrava esse grupo etário mais envelhecido².

2. Este dado é muito importante se o leitor considerar que Portugal tem, hoje, uma pirâmide etária invertida, isto é, muito mais população idosa do que jovem e, indicam os censos, com tendência progressiva. Sem renovação etária qualquer País definha a ponto, diz-nos a História, de poder comprometer até a sua autonomia como nação. Nota do Editor.



Exposição fotográfica “10 anos|4 gerações”
SCMM

AGRUP. DR. VIEIRA CARVALHO		
País	Ciclo	Nº
Venezuela	1º	3
Venezuela	2º	1

AGRUP. DE PEDROUÇOS		
País	Ciclo	Nº
Angola	1º	12 **
Angola	2º	8 **
Angola	3º	6 **
Angola	Sec.	9 **
Angola	C. Prof.	2 **
Argentina	1º	4 **
Argentina	2º	2 **
Argentina	3º	2 **
Argentina	Sec.	1 **
Brasil	Pré-Escolar	27
Brasil	1º	62
Brasil	2º	39
Brasil	3º	43
Brasil	Sec.	16
Brasil	C. Prof.	13
França	C. Prof.	1 **



Pitch Intercultural
Como Vivo a Interculturalidade
Equipa DDS

A escola como espaço de integração

A integração de estudantes migrantes no sistema educativo português tem sido um desafio evolutivo, como temos percebido no nosso concelho. No ano letivo 2023/2024, as escolas públicas da Maia acolheram cerca de 800 crianças e jovens migrantes na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, trazendo novas dinâmicas culturais, linguísticas e pedagógicas.

A nacionalidade mais representada é a brasileira, seguida pela angolana, correspondendo a 67% e 2,2% da população escolar migrante, respetivamente. Além destas, estão presentes alunos oriundos da Argélia, Argentina, Cabo Verde, China, Colômbia, Congo, Cuba, Espanha, Estados Unidos da América, França, Guiné-Bissau, Índia, Inglaterra, Iraque, Itália, Luxemburgo, Marrocos, Namíbia, Nepal, Paquistão, Quênia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Síria, Ucrânia, Venezuela e Zâmbia, totalizando 29 nacionalidades.³

Este fluxo de alunos aporta diversidade e novas perspetivas para o ambiente escolar, mas também exige uma adaptação eficaz por parte do sistema educativo e das escolas, nomeadamente nos métodos de ensino, nos currículos e nas práticas pedagógicas, tornando o processo de integração mais lento e complexo.

É importante, portanto, garantir que os desafios inerentes à integração destes alunos sejam abordados de forma eficaz, com particular atenção para a questão linguística. Embora alguns dos países de origem, como o Brasil e Angola, partilhem a língua portuguesa, há diferenças na variante utilizada e nos métodos de ensino. Por outro lado, alunos vindos de países como o Iraque ou a Argélia enfrentam uma barreira linguística ainda maior, o que pode dificultar o seu progresso escolar.

Com o objetivo de promover uma integração mais eficaz, várias medidas de apoio têm sido implementadas nas escolas do território maiato e a nível nacional. O Programa de Português Língua Não Materna é uma das principais ferramentas disponibilizadas pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, ajudando os alunos a adquirir competências linguísticas que lhes facilitam o acompanhamento do currículo. Este programa envolve aulas de português adaptadas e apoio individualizado, permitindo que os alunos façam progressos tanto na língua como nas outras disciplinas.⁴

Além disso, as escolas têm desenvolvido parcerias com organizações locais para oferecer um acompanhamento mais próximo aos alunos e suas famílias. Este tipo de apoio é essencial, não apenas em termos pedagógicos, mas também para facilitar a adaptação cultural e social. Muitas vezes, estas parcerias envolvem mentoria, atividades extracurriculares e o envolvimento direto das famílias na vida escolar.

3. Note o leitor que é um mosaico notável, com pessoas provenientes de 4 dos 5 continentes habitados do Planeta. Nota do Editor.

4. Sobre esta questão particular, ver artigo de Sofia Rente, “Português sem Barreiras”, neste mesmo número da revista. Nota do Editor.

Mas a integração de alunos migrantes vai além da adaptação linguística e académica, envolvendo também uma forte componente psicológica. Muitos destes alunos chegam a Portugal após terem passado por situações traumáticas, como conflitos armados ou crises económicas. Esta experiência prévia pode afetar significativamente o seu bem-estar emocional e o seu desempenho escolar. A adaptação a uma nova cultura, nova língua e novos métodos de ensino pode gerar stress e ansiedade, dificultando ainda mais o processo de integração.

Outras experiências prendem-se com a riqueza e diversidade do parque industrial, que magnetiza investigadores e profissionais de alto rendimento e de referência, que se fixam no território da Maia, fazendo-se acompanhar de filhos em idade escolar.⁵

Por outro lado, também os professores enfrentam desafios psico-psicológicos muito exigentes. O aumento da diversidade nas salas de aula requer uma adaptação por parte dos docentes, que muitas vezes se veem perante situações para as quais não estão plenamente preparados, como a gestão de turmas multiculturais e o apoio a alunos com diferentes necessidades emocionais e de aprendizagem. Neste sentido, tem-se tornado cada vez mais relevante a formação contínua dos professores, com foco em competências interculturais e na capacidade de gerir contextos de maior diversidade, contribuindo para o equilíbrio emocional e psicológico dos próprios docentes.⁶

A integração dos alunos migrantes nas escolas da Maia também envolve desafios culturais, como a adaptação aos costumes locais e à alimentação escolar. Embora Portugal tenha uma dieta mediterrânica que inclui uma variedade de alimentos saudáveis, muitos alunos migrantes, especialmente de países asiáticos ou muçulmanos, enfrentam dificuldades em adaptar-se a dietas que não conhecem ou que não respeitam as suas práticas religiosas ou culturais.

Para contornar estas questões, o Município da Maia, responsável pelo serviço de almoço escolar, tem facultado opções alternativas, de modo a respeitar as tradições alimentares dos alunos, demonstrando uma crescente sensibilidade à diversidade cultural nas escolas.

Apesar dos desafios, as escolas da Maia têm demonstrado uma crescente capacidade de acolher alunos migrantes, criando um ambiente cada vez mais inclusivo. No entanto, a adaptação inicial, especialmente ao nível linguístico, continua a ser o maior obstáculo, o que justifica a necessidade de um reforço contínuo das medidas de apoio, tanto pedagógicas como psicológicas.

A integração de alunos migrantes no sistema educativo português é um processo complexo que envolve desafios linguísticos, culturais, psicológicos e sociais. No entanto, as medidas de apoio implementadas nas escolas do Município da Maia

5. Sobre esta questão particular, ver artigo de Manuel Oliveira, “TECMAIA – 40 nacionalidades em 100 mil m2”, neste mesmo número da revista. Nota do Editor.

6. Com efeito, não pode menosprezar-se o meritório e relevante acréscimo de esforço, em dedicação, dos professores para com alunos deslocados do seu ambiente natural (muitas vezes “crianças assustadas”), com vista a torná-los receptivos e pedagogicamente capazes de progredir. Nota do Editor.

AGRUP. LEVANTE DA MAIA		
País	Ciclo	Nº
Síria	Pré-Escolar	5 **
Nepal	1º	1 **

AGRUP. DA MAIA		
País	Ciclo	Nº de Alunos
Brasil	1º	22
Ucrânia	1º	2 **
Angola	1º	2

AGRUP. CASTÊLO DA MAIA		
País	Ciclo	Nº de Alunos
Espanha	Pré-Escolar	3
Índia	Pré-Escolar	1 **
R. Unido	Pré-Escolar	1
Espanha	1º	4
Israel	1º	1 **
Irão	1º	1 **
R. Unido	1º	3
Rússia	1º	1 **

AGRUP. GONÇALO M. DA MAIA		
País	Ciclo	Nº de Alunos
Venezuela	Pré-Escolar	1 **
Venezuela	1º	1 **
Venezuela	2º	2 **
Venezuela	3º	1 **



AGRUP. ÁGUAS SANTAS		
País	Ciclo	Nº de Alunos
Angola	Pré-Escolar	2
Angola	1º	4
Angola	2º	3
Angola	3º Ciclo	6
Angola	Secundário	10
Argentina	3º Ciclo	1 *
Argentina	Secudário	1 *
Brasil	1º Ciclo	34
Brasil	2º Ciclo	18
Brasil	3º Ciclo	32
Brasil	Secundário	11
Congo	1º Ciclo	1 *
Colombia	3º Ciclo	1 *
Colombia	Secundário	3 *
China	1º Ciclo	1 *
China	2º Ciclo	1 *
China	Secundário	1 *
França	1º Ciclo	2 *
França	2º Ciclo	1 *
França	Secundário	1 *
Guiné Bissau	1º Ciclo	1 *
Itália	3º Ciclo	2 *
Itália	Secundário	1 *
Luxemburgo	3º Ciclo	1 *
Marrocos	1º Ciclo	1 **
Marrocos	3º Ciclo	1 **
Namibia	3º Ciclo	1 *
Paquistão	2º Ciclo	2 **
Paquistão	3º Ciclo	1 **
Paquistão	Secundário	1 **
Quênia	Pré	1 *
Quênia	1º Ciclo	1 *
S.Tomé	Secundário	2 *
Ucrania	1º Ciclo	1 *
Ucrania	3º Ciclo	1 *
Venezuela	Pré	1 *
Venezuela	1º Ciclo	1 *
Venezuela	2º Ciclo	2 *
Venezuela	Secundário	3 *
Zambia	1º Ciclo	1 *

têm resultado num ambiente cada vez mais inclusivo. A continuidade deste trabalho, com especial atenção às necessidades emocionais e psicológicas dos alunos e professores, será essencial para assegurar uma integração plena e sustentável.

Saúde e Bem-Estar

O acesso aos serviços de saúde é um direito fundamental e um indicador importante da qualidade de vida e da integração social. No entanto, os migrantes muitas vezes enfrentam barreiras no acesso a cuidados de saúde, que podem incluir dificuldades linguísticas, desconhecimento dos direitos e serviços disponíveis, e barreiras burocráticas.

Na Maia, os migrantes têm acesso aos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que opera no concelho através da Unidade Local de Saúde (ULS) São João. A ULS São João tem procurado assegurar que os migrantes tenham acesso aos mesmos cuidados de saúde que a restante população, oferecendo serviços de saúde materno-infantil, vacinação, consultas de planeamento familiar, entre outros.⁷

No entanto, ainda há subutilização dos serviços de saúde por parte dos migrantes. Para enfrentar estes desafios, têm sido desenvolvidos programas específicos de saúde para migrantes, incluindo serviços de mediação intercultural em centros de saúde, que ajudam a superar as barreiras linguísticas e culturais. Por outro lado, também num esforço conjunto entre a ULS São João e a Autarquia, está-se a procurar definir outras estratégias como, por exemplo, garantir que estas consultas se localizam em espaços com bom serviço de transportes públicos, de modo e que estas se tornem de fácil acesso.

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) da Maia, que intervém com migrantes no concelho desde 2005, registou um número significativo de atendimentos relacionados com saúde, nomeadamente, em questões de acesso e garantia de direitos sociais.

Integração Social e Acesso a Serviços

A integração social dos migrantes é um processo complexo que envolve vários fatores, desde o acesso ao emprego até à participação na vida comunitária. Na Maia, este processo tem sido apoiado por várias organizações e programas, como o CLAIM, que oferece uma vasta gama de serviços destinados a ajudar os migrantes a integrarem-se na sociedade.

O CLAIM da Maia tem desempenhado um papel crucial, fornecendo apoio na regularização de documentos, acesso a serviços sociais, emprego, habitação, educação e saúde. Além disso, têm sido realizadas ações de sensibilização sobre direitos laborais e segurança social, destinadas a informar e a capacitar os migrantes.

7. Sobre esta questão particular, ver artigo de Lígia Silva e Miguel Cabral, “Saúde e as Populações em Movimento”, neste mesmo número da revista. Nota do Editor.

Entre 2021 e 2023, no CLAIM, foram registados 2.519 Nacionais de Países Terceiros (NPT) regulares ou em processo de regularização (dos quais 1.461 eram mulheres), refletindo a crescente procura de apoio por parte da população imigrante.

No âmbito da ação social, o Município da Maia, através dos Gabinetes de Acolhimento Integrado Local / Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (GAIL/SAAS) que se encontram presentes em todas as freguesias do concelho, tem sido também um elemento crucial no apoio aos migrantes. Ao proporcionar atendimentos de proximidade relacionados com questões de segurança social, apoios alimentares e outros bens de primeira necessidade, o Município da Maia atua na prevenção e mitigação de situações geradoras de vulnerabilidade e exclusão social e em situações de emergência.

Mercado de Trabalho

O concelho da Maia ocupa os lugares cimeiros do ranking nacional no que concerne ao contributo para o PIB e para as exportações portuguesas, consequência de nele se localizar um dos maiores centros industriais e empresariais do país. É, pois, natural que o mercado de trabalho seja um dos principais fatores que atraem migrantes para a Maia. A economia local, diversificada e em crescimento, oferece uma variedade de oportunidades de emprego, tanto em setores que exigem mão-de-obra menos qualificada, como a construção civil e a agricultura, como em setores que requerem competências especializadas, como a indústria e os serviços.

Os dados indicam que a maioria dos migrantes na Maia está empregada em trabalhos que exigem baixa qualificação. Este fenómeno não é exclusivo da Maia, refletindo uma tendência nacional onde os migrantes são frequentemente canalizados para empregos menos qualificados.

No entanto, há também uma parcela significativa de migrantes com qualificações académicas e profissionais que não conseguem encontrar emprego compatível com as suas competências. Este fenómeno é conhecido como “desqualificação”, onde indivíduos com formação superior acabam por ocupar empregos abaixo das suas qualificações. A falta de reconhecimento de qualificações estrangeiras é um dos principais obstáculos que impede muitos migrantes de acederem a empregos condizentes com o seu nível de educação.

Para mitigar este problema, têm sido implementadas várias iniciativas na Maia, incluindo programas de reconhecimento de qualificações e formação profissional. Estes programas são essenciais para melhorar as oportunidades de emprego dos migrantes e para promover uma integração mais eficaz no mercado de trabalho.

TOTAL MAIA	
País	Nº de Alunos
Brasil	528
Angola	98
Argentina	21
Paquistão	21
Venezuela	20
Itália	17
Ucrânia	17
China	10
Colombia	7
Espanha	6
India	6
França	5
Síria	5
Guiné Bissau	3
Rússia	3
Argélia	2
Cabo Verde	2
Estados Unidos da América	2
Reino Unido	2
Marrocos	2
Quênia	2
S. Tomé E Príncipe	2
Congo	1
Cuba	1
Iraque	1
Luzemburgo	1
Namíbia	1
Nepal	1
Zâmbia	1
	788
Principais barreiras reportadas	
* Língua	
** Língua + Hábitos Alimentares	



Sarau de Interculturalidade Museu Soares Reis
Fátima Braz



Gala do Bué
Equipa DDS



Atividade na escola - Desenho nos
tabuleiros
Equipa Maia Melhor

Promover a integração, respeitar a diversidade, fortalecer a comunidade

Apesar dos esforços de integração, os migrantes na Maia ainda enfrentam desafios, incluindo a barreira da língua e a validação de competências e qualificações profissionais. A favor, têm uma comunidade com fortes alicerces culturais, históricos e moldados por valores humanistas, a qual se desdobra em iniciativas diversas que dão espaço a manifestações de carácter artístico, desportivo e gastronómico, entre outras, por parte dos migrantes.

Ao mesmo tempo, é notório o investimento em políticas públicas contínuas de promoção de integração e inclusão, sinal da visão existente quanto ao contributo que os migrantes podem dar para o presente e para o futuro do concelho.

De facto, o mosaico cultural dos migrantes na Maia é uma fonte de enriquecimento e uma janela para o mundo, o que nos traz novas perspetivas e oportunidades para a região. Com a continuação da celebração da diversidade e o fortalecimento das políticas de integração, a Maia pode esperar um futuro onde todos os residentes — nativos e migrantes — contribuam para uma comunidade vibrante e coesa.

(*) Este texto resulta da composição de diversos contributos dos Técnicos municipais que, mais de perto, contactam com a realidade e o quotidiano das populações migrantes.

Mafalda Sofia Roriz, Doutorada em Ciências do Desporto, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude

Júlio Guimarães, Licenciado em Administração Autárquica, Diretor do Departamento de Educação, Ciência e Cultura

Sandra Salsas Pascoal, Licenciada em Psicologia Clínica e da Saúde, Pós-graduada em Alcoologia, Pós-graduada em Psicoterapia e Consulta Psicológica, Pós-gradua em Neuropsicologia e DEA em Novos Contextos de Intervenção Psicológica em Educação, Saúde e Qualidade de Vida, Chefe da Divisão de Educação e Ciência

Liliana Ferreira Moutinho, Licenciada em Psicologia, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social

Cristina Figueiredo Pires, Licenciada em Sociologia, Técnica Superior da Divisão de Desenvolvimento Social

Maria Marlene Vieira, Licenciada em Psicologia, Coordenadora do GAIL-SAAS da Maia

SAÚDE E AS POPULAÇÕES EM MOVIMENTO

Lígia Silva e Miguel Cabral (*)

Atualmente, segundo o Portal da Transparência, foram acolhidos, em média nos últimos 4 anos, mais de 3 mil novos utentes, com crescimento considerável do número de migrantes. Portugal encontra-se no Top 5 mundial do Índice de Cobertura da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) (<https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/uhc-index-of-service-coverage>), sendo um país que neste domínio é particularmente atrativo. É importante salientar que os movimentos migratórios não são homogêneos a nível nacional, e ocorrem devido a uma multiplicidade que deve ser tida em conta em termos de planeamento da saúde. Por exemplo, geografias com um maior afluxo de jovens terão necessidades diferentes do que aquelas que apresentam um fluxo migratório de pessoas idosas. Uma outra questão importante a salientar são as mulheres em idade fértil e as grávidas, que contribuindo para a natalidade do país, provocam duplicidade nas inscrições no Serviço Nacional de Saúde (SNS), contribuindo para um aumento da necessidade de cuidados de populações com particular vulnerabilidade (grávidas e crianças).

A saúde em todo o mundo é um bem essencial e imprescindível, com toda a complexidade da sua abrangência, desde a promoção e prevenção da saúde ao tratamento da doença. Todos os países procuram acompanhar as necessidades da sua população e a migração tem sido um fator importante no desenho das políticas de saúde. Em Portugal, os utentes migrantes, à semelhança da população com nacionalidade portuguesa têm acesso a cuidados de saúde.

De acordo com o divulgado no site ePortugal (Migrantes: cuidados de saúde em Portugal - ePortugal.gov.pt) “Qualquer pessoa estrangeira com residência legal em Portugal pode obter o número de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendo assim direito a assistência médica nos serviços das unidades do SNS”. Contudo, a cobertura das despesas de saúde pelo SNS só é garantida quando é atribuído o número de utente e o utente reúna outras condições descritas no sítio da internet. “Em alguns casos previstos pela lei, o SNS pode cobrir as despesas de saúde sem ser preciso apresentar os dados anteriores.”

Contudo, esta população, devendo ser bem acolhida, traz alguns desafios característicos que é necessário ter em consideração.

As diferenças culturais, os diferentes planos de vacinação dos países de origem, os planos de cuidados individuais no tratamento das doenças, a tipologia de fármacos utilizados e as dificuldades linguísticas são apenas alguns exemplos de barreiras para as quais têm sido procuradas estratégias, a nível nacional e local, que minimizem essas dificuldades no acesso e na prestação dos cuidados de saúde.

Um outro desafio que não deve ser menorizado é o tempo de permanência da população migrante em Portugal. Existem cada vez mais reportes de tempos de permanência curtos que dificultam a organização da resposta ao nível da saúde, assim como a elaboração de planos de cuidados a prazo. Existem ainda, adicionalmente, as questões legais associadas, sendo cada vez mais frequente a presença de migrantes sem a sua situação regularizada, o que torna ainda mais complexa a organização da resposta necessária.¹

Se mesmo na população natural do nosso país a literacia no uso do sistema de saúde precisa de melhorar, na população migrante o desconhecimento ainda é maior, o que impõe uma dificuldade acrescida à resposta necessária. Neste momento existem também dificuldades na atribuição de equipas de saúde familiar à população migrante, sem desconsiderar que é um problema para uma parte considerável da população de nacionalidade portuguesa.

A maior parte desta população está inscrita como “sem equipa de saúde familiar” nas unidades de cuidados de saúde personalizados, mesmo que os cuidados prestados possam estar a ser efetuados em colaboração com outras unidades do SNS.

Sendo um tema importante e sensível, a Unidade Local de Saúde (ULS) de São João pretende desenvolver uma resposta dedicada aos utentes “sem equipa de saúde familiar”, onde se encontra parte desta população migrante. Desta forma, será possível prestar cuidados mais personalizados e adequados às necessidades destas pessoas

1. Com efeito, não pode menosprezar-se o meritório e relevante acréscimo de esforço, em dedicação, dos profissionais de saúde para com doentes oriundos “dos quatro cantos do Mundo”, ainda em processo de integração e que não estão a coberto de um sistema que contemple (com dados fiáveis, cruzados e inter-operativos) diferenças e especificidades que consigo transportam. Nota do Editor.



apesar de não terem uma equipa de saúde dedicada. Esta estratégia também permitirá estabilizar situações clínicas mais complexas até integração numa equipa de saúde familiar, quando disponível.

No município da Maia, segundo os dados do INE, o saldo migratório foi negativo de 2012 a 2015, tendo-se registado mais saídas do que entradas nos seus residentes. Salienta-se que neste município quase que duplicou o número de residentes de população estrangeira entre 2011 e 2021, passando de 2.034 pessoas para 3.796. No ano de 2020, de entre as pessoas que solicitaram o estatuto de residente, os países de origem mais representativos foram o Brasil (67%), Cabo Verde (9%), Angola (3%) e Reino Unido (3%).

Neste momento, desde a criação da ULS São João e após um período de menor número de inscrições, encontramos novamente com uma tendência crescente, havendo em junho de 2024 mais novos inscritos do que em vários anos anteriores, apesar de se antecipar alguma estabilização.

Atualmente, da população inscrita nas unidades da ULS São João e residentes na Maia, apenas 3,6% apresentam naturalidade não portuguesa. Nesta pequena percentagem, estão incluídas 84 nacionalidades. A mais frequente é a brasileira, que representa 2,4% dos inscritos residentes, seguida, com prevalência muito inferior, as nacionalidades angolanas e italiana. Raramente, encontramos nacionalidades do outro lado do mundo, como o Nepal ou a Nova Zelândia.

A resposta da saúde à população migrante é uma realidade cada vez mais premente, com impacto importante nos restantes cuidados prestados pelo SNS Português. A consciencialização da sua existência e dos desafios próprios que apresenta é essencial para que toda a população tenha acesso a este bem primordial que é a prestação de cuidados de saúde.

Porto, 13 de Setembro de 2024

(*) Dr.^a Lúcia Silva é Diretora Clínica para os Cuidados de Saúde Primários da Unidade Local de Saúde de São João E.P.E

Dr. Miguel Cabral é Médico da Unidade de Saúde Pública | Adjunto da Direção Clínica para os Cuidados de Saúde Primários da Unidade Local de Saúde de São João E.P.E.

PORTUGUÊS SEM BARREIRAS

Sofia Rente (*)

Considero que trabalhar como professora de Português Língua Estrangeira (PLE) é um privilégio. Posso conhecer novas culturas, diferentes realidades e maneiras de pensar e tenho oportunidade de ajudar as pessoas na sua integração e a descobrirem o nosso país, famoso pela sua hospitalidade.

Os alunos estrangeiros têm diferentes histórias e nem sempre a razão pela qual mudam de país é a mesma, mas há um denominador comum entre todos: a necessidade de se integrarem, de estabelecerem laços com os que aí vivem e de criarem raízes que lhes permitam sentir-se “em casa”, minorando as saudades do que deixam para trás. Para que isso aconteça, a aprendizagem da língua do país de acolhimento é fundamental.

Em 2014, começámos a dinamizar cursos de Português para Estrangeiros (PLE) na Biblioteca Municipal da Maia para alunos estrangeiros. O principal objetivo foi o de oferecer uma formação de qualidade, com turmas com poucos alunos (no máximo 15) e em regime pós-laboral, de modo a permitir a participação de todos, nomeadamente trabalhadores e estudantes. Nessa primeira edição, as pessoas eram maioritariamente estudantes do programa Erasmus, que estavam em Portugal temporariamente, e provinham do continente europeu (Espanha, Polónia, Bélgica, Alemanha, Ucrânia e Moldávia), havendo apenas uma aluna do Cazaquistão. Importa lembrar que nessa altura não viviam muitos imigrantes em Portugal, pois tínhamos acabado de sair de um contexto de grave crise económica¹, contrariamente ao que se tem verificado nos últimos anos, com um crescimento exponencial da população estrangeira.

Essa primeira edição serviu de arranque para aquela que seria uma longa experiência de oferta de formação de PLE na Biblioteca da Maia, que cedeu as suas instalações, os equipamentos, o apoio logístico dos seus funcionários, bem como os materiais didáticos disponibilizados aos alunos.

1. A autora refere-se à Crise Financeira de 2008 – popularmente conhecida como “crise do *subprime*” – que teve origem no sector das hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos da América, provocando efeitos catastróficos e duradouros a nível global. Nota do Editor.

Nos anos subsequentes, tivemos cursos semestrais e, muitas vezes, grupos com diferentes níveis de proficiência a funcionar em simultâneo. Foi o caso de 2015, em que havia uma turma de iniciação e outra de nível intermédio, tendo-se batido o recorde em 2017/2018, com alunos distribuídos em três turmas de diferentes níveis (A1, A2 e B1). Nessa altura, os países de origem dos estudantes começaram a diversificar-se: Irão, EUA, Inglaterra, Venezuela, Ucrânia, Rússia, Polónia, Espanha, Líbano, Turquia, África do Sul, Filipinas, Itália, Canadá, Noruega, Grécia, Indonésia, Argentina, Camarões, Coreia do Sul... No entanto, as comunidades mais representativas nos cursos da Biblioteca foram sempre as polaca, italiana, espanhola, venezuelana (sobretudo a partir de 2017) e ucraniana.

Com grupos tão heterogêneos, não só em termos de proveniências, mas também ao nível das faixas etárias, muitas vezes as aulas tornaram-se desafiantes, sobretudo nos níveis de iniciação, especialmente quando os alunos não conheciam outra língua para além da língua materna. Essas dificuldades acentuaram-se quando a língua do país de origem era muito diferente do português (em termos gramaticais, de fonética, etc). Até porque, diga-se, o português não é uma língua fácil! São muitos os desvios à norma e as subtilidades de sentidos que, por vezes, podem desanimar até os mais perseverantes. No entanto, a diversidade de origens, de idades e de contextos de vida permitiu criar um espírito de camaradagem entre os alunos, porque, no fim de contas, todos pretendem o mesmo: falar melhor. Além das aulas, fizemos também atividades complementares que promoveram não só o intercâmbio intercultural (lanches e jantares com as iguarias típicas de cada país), mas também um maior conhecimento da cidade da Maia (visitas guiadas à Torre Lidador e ao património escultórico do centro da cidade e pedipapers) e da cultura portuguesa (exibição de filmes portugueses).

Infelizmente, a pandemia² interrompeu as atividades letivas na Biblioteca, tendo havido apenas mais uma edição,

2. Pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19. Identificado inicialmente na cidade de Wuhan, China, em Janeiro de 2020, foi declarado uma ameaça de saúde pública internacional até Maio de 2023. Em face das emergências globais declaradas através de confinamentos mandatórios, dela se diz que “fechou o Mundo”. Nota do Editor.

“Sentir-se em Casa”

Educação Ensino Língua Portuguesa

INTERCÂMBIO INTERCULTURAL

língua do país de
acolhimento

novas culturas

espírito de
camaradagem

em 2022, com um formato diferente, já que este curso se dirigia a alunos ucranianos recém-chegados ao nosso país três meses depois da guerra ter começado³. A maioria dos alunos não tinha conhecimento de uma segunda língua, por isso, contamos com a participação da ex-aluna dos cursos da Biblioteca, Kateryna Atamanova, que acompanhou o curso como tradutora-intérprete. Foi uma experiência muito rica em termos humanos, na medida em que as pessoas estavam numa situação de grande vulnerabilidade e, deste modo, foram-se apoiando nas dificuldades do dia a dia. O ambiente de boa-disposição das aulas permitia-lhes esquecer a dura realidade por umas horas.

3. A autora refere-se à guerra em curso, resultante da invasão militar da Ucrânia por parte da Federação da Rússia iniciada em 24 de Fevereiro de 2022. A ONU declarou esta agressão militar uma violação da Carta das Nações Unidas, e a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou por expressiva maioria uma resolução condenatória da agressão por parte da Federação da Rússia, em 2 de Março do mesmo ano. Nota do Editor

Kateryna Atamanova é precisamente um exemplo óbvio de como os cursos de PLE da Biblioteca da Maia contribuem para a integração dos alunos, permitindo-lhes ter um papel ativo na cidade onde moram. Originária da Ucrânia, chegou ao Porto em 2015, através do programa Erasmus. No início, teve problemas porque ninguém falava inglês nas instituições públicas. Acabou por fazer vários cursos de PLE na Biblioteca, o que a ajudou a perceber melhor os portugueses e a comunicar com as pessoas que não falavam inglês, sentindo-se mais integrada. Segundo Kateryna, é possível sobreviver em Portugal falando apenas inglês, mas só se pode compreender realmente as pessoas quando sabemos falar a sua língua.

José Pinto Cornejo, nascido na Venezuela, é outro exemplo de um aluno que frequentou os cursos da Biblioteca da Maia e que está totalmente integrado em Portugal, afirmando “sentir-se maiato de coração” neste momento. Vive aqui desde 2017 e fez vários cursos na Biblioteca, juntamente com a Adriana, a sua esposa. Eles gostaram muito de conhecer pessoas de outras nacionalidades nas aulas e de descobrir coisas novas sobre Portugal, já que na Venezuela, segundo nos contou, não se sabe muito sobre o nosso país. Além disso, José considera que o aperfeiçoamento da língua foi a sua salvação para conseguir ter sucesso no seu trabalho enquanto consultor imobiliário, já que a principal barreira que sentiu quando chegou foi a linguística. O seu filho também foi muito bem-recebido na Escola Básica de Moreira da Maia, o que facilitou a integração da família.

A Kateryna e o José são apenas dois de muitos casos de plena integração em Portugal e que mostram que, quando queremos, o português não tem barreiras.

Maia, 14 de Outubro de 2024

(*) Licenciada em Ensino de Português e Mestre em Português Língua Não Materna (PLNM), Português Língua Estrangeira (PLE), Português Língua Segunda (PL2), pela Universidade do Minho. Professora de Português Língua Estrangeira (PLE) e autora de livros didáticos de PLE

TECMAIA - 40 NACIONALIDADES EM 100 MIL M2

Manuel Oliveira (*)

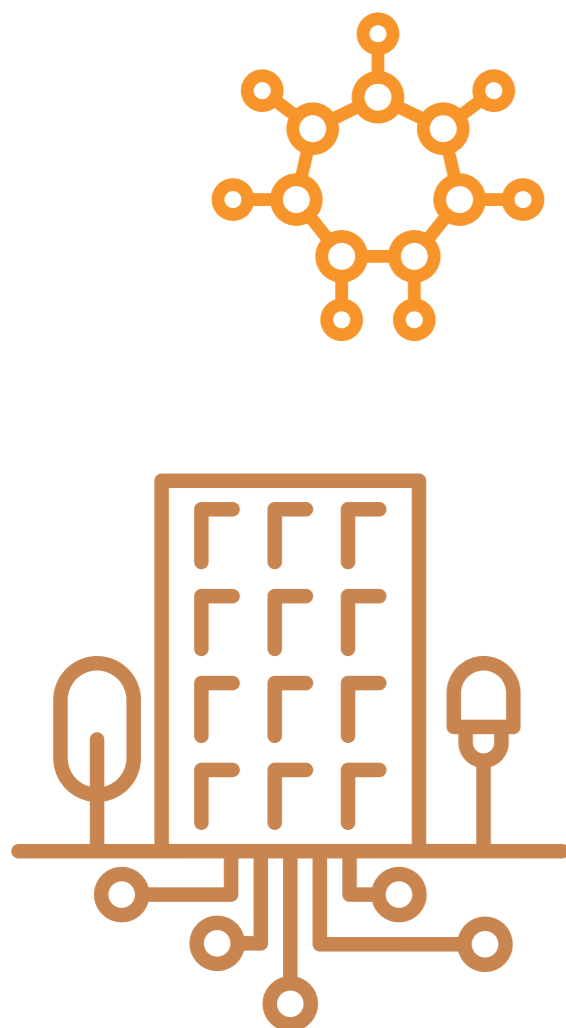
À exceção óbvia do aeroporto de Pedras Rubras, não há outro local no município da Maia que rivalize, diariamente, com o seu Parque de Ciência e Tecnologia no que consideramos ser um laboratório vivo do multiculturalismo. Aliás, na génese do próprio parque, reside o sucedimento de uma das mais famosas deslocalizações de produção do Norte que a década de noventa do século passado testemunhou. Até então, a multinacional norte-americana Texas Instruments¹ era um polo incontornável na jovem zona industrial da Maia, assim como as suas adiantadas, para a época em Portugal, políticas de gestão de pessoas. A sua eficácia e humanismo eram tão significativos e evidentes que ainda hoje os seus antigos colaboradores recordam com saudade a empresa. Mas foi nesta ameaça que surgiu a oportunidade de concretizar o TECMAIA – o que não deixa, se refletirmos, de ser extremamente curioso: por um lado a Globalização levou a uma partida para o emergente sudoeste asiático, por outro lado a Globalização trouxe a procura de um talento qualificado e versátil.

O Parque de Ciência e Tecnologia da Maia foi um dos primeiros do segmento a surgir no nosso país e posiciona-se, atualmente, como o mais significativo na euro-região Norte de Portugal-Galiza. Com a objetividade de evoluir num campus inspirado nos de Silicon Valley, o parque cumpriu nos traços arquitetónicos e, sobretudo, na criação de um ambiente irresistível à atração e fidelização das empresas e dos seus profissionais. É esse ambiente que ainda hoje permite uma taxa de rotação residual e uma lista de espera bastante assinalável. Um ambiente, aliás, que respira uma comunidade que ultrapassou já as três mil pessoas e atingiu, este sim o dado mais extraordinário, as quarenta nacionalidades. É esta “mini-sociedade das nações”, no coração de uma malha industrial e armazém, que transporta o parque para um caso de estudo no que deve ser o progresso da humanidade e como esta, ao mesmo tempo, parece estar a despedaçar-se. Em bom rigor, nos cem mil metros quadrados do parque, é possível construir uma comunidade multicultural tolerante, colaborativa e em paz, mas, do lado de fora, não faltam conflitos mundiais com duvidosas justificações assentes na religião e na soberania.

1. “Texas Instruments Inc.” é uma multinacional tecnológica fundada em 1930 nos Estados Unidos da América e sediada em Dallas, Texas. Teve um polo sediado na Maia entre 1973 e 1998. Nota do Editor.

Este cenário do TECMAIA, de um multiculturalismo impressionante, deve-se, naturalmente, ao perfil e posicionamento vanguardista das suas empresas, às políticas de um município acolhedor e à tradição de um país continental. O parque tem hoje grandes multinacionais – algumas das marcas sobejamente reconhecidas e visivelmente parceiras do dia-a-dia do cidadão comum – e uma capacidade produtiva que, quase na sua totalidade, é destinada à exportação. É um parque do Mundo e virado para o Mundo quando constatamos que há equipas de suporte a cobrir os fusos horários mais ferverdantes da atividade económica. Equipas que, no seu total, dominam mais de quinze idiomas tal a abrangência étnica desta comunidade. Aliás, a incorporação de nativos tem sido uma aposta preferencial das empresas do parque e sinónimo, também, da alta mobilidade interna praticada entre os vários escritórios internacionais. Ou seja, a atração, no recrutamento, de novos profissionais que migram para Portugal é uma tendência crescente, mas os que pedem uma deslocalização para o nosso país, trazendo as suas famílias – tão essencial no combate ao inverno demográfico europeu – e outros projetos pessoais – alguns deles de criação de novas empresas ao mesmo tempo que mantêm as suas carreiras nas empresas do parque –, é um fenómeno não menos significativo.

Todas estas dinâmicas de fluxo migratório no TECMAIA espelham um conceito que está na ordem do dia: o DE&I – acrónimo inglês para a Diversidade, a Equidade e a Inclusão. Não se julgue, contudo, que esta é uma postura maquiilhada por fora e oca por dentro. Há uma premeditação positiva e essencial no conceito que só, neste momento, as grandes empresas tecnológicas são capazes de liderar. Claro que a pressão da escassez de mão-de-obra especializada – a primeira preocupação dos gestores de hoje – é por si só suficiente para otimizar as propostas de valor das marcas empregadoras. Mas, na verdade, é toda uma nova geração que assim reclama. Há cerca de dois anos, tive a oportunidade de conduzir um estudo empírico que, entre outros atributos, questionou a mais de mil pessoas, a maioria nascidas entre 1995 e 2009, se valorizam ambientes de trabalho que promovam o DE&I. Esta amostra, representativa da designada “Geração Z” que está agora a entrar em força no mercado de trabalho, revelou, principalmente, que ambientes de trabalho multiculturais são mais importantes para a nova geração do que para a sua



antecessora. A par disto, e no mesmo estudo, pelo menos três gestores de grandes empresas nacionais confirmaram que equipas diversas, também no género e na nacionalidade, são mais criativas e apresentam melhores resultados.

A nacionalidade portuguesa é a mais representativa da comunidade do parque. Logo seguida da brasileira e da alemã. Da velha europa temos ainda em número expressivo cidadãos ingleses, italianos, polacos, turcos e ucranianos. Já de outras geografias mais afastadas, destacam-se norte-americanos, angolanos, indianos, colombianos, indonésios e sul-africanos. É, como já referido, um parque do Mundo. Um parque que, a partir da Maia, desenvolve software para as principais cadeias hoteleiras internacionais; otimiza processos internos de gestão que fazem evoluir dependências do Chile à França e da Índia ao Japão; cria soluções integradas de Inteligência Artificial para os milhares de smartphones vendidos todos os dias; lidera soluções tecnológicas para os mais variados complexos mundiais de produção industrial que fornecem as grandes marcas de retalho.

No seu a “A Soma dos Dias”, Allende², também ela uma migrante, lembra-nos que a migração é um exercício de esperança. Um desejo que a comunidade do TECMAIA respira e personifica. Também, diga-se, num ato de progresso que já permite, à medida que escrevo estas linhas, levarmos a inovação deste Parque de Ciência e Tecnologia nas missões aeroespaciais ao planeta vermelho. Outras migrações que integramos com orgulho.

Maia, 11 de Outubro de 2024

(*) Licenciado em Recursos Humanos pelo Politécnico do Porto. Mestre em Marketing pela Universidade do Porto. Doutorando em Comunicação Empresarial pela Universidade de Vigo. Atualmente integra o quadro da Espaço Municipal, Renovação Urbana e Gestão do Património, EM, S.A.

2. Isabel Allende Llona é uma escritora nascida em 1942 em Lima, Peru sendo, todavia, chilena de nacionalidade. Tornou-se também cidadã Norte-Americana. “La Suma de los días” foi editado em 2007 e é tida como uma biografia confessional, narrando a sua vida na Califórnia. Nota do Editor.

DE ONDE VÊM, HOJE, AS ALFACES DO QUINTAL DA MINHA AVÓ?

José Carlos Portugal (*)

FECHO

“As nossas elites acham que ser-se agricultor é coisa de saloios. Essa cultura pseudourbana é que é saloia. Em 2015, dois terços da população mundial, viverá em cidades. Portanto, tem de haver agricultura urbana. Não podemos continuar a gastar energia para transportar alfaces. E quando se acabar o petróleo? Não. A produção essencial tem de estar à porta.”

Gonçalo Ribeiro Telles, arquitecto paisagista, 1922-2020.

Entrevista-visita com Luís Ribeiro numa reportagem da revista Visão em 2007, republicada em 11 de Novembro de 2020.¹

No sector primário da actividade humana, a agricultura é a mais nobre das criações do homem, ao estabelecer com a terra que habita uma relação de cooperação profunda e perene (sem a terra, não há vida) a qual, sendo equilibrada e inteligente, é recíproca e generosa - recebe e oferece.

Os humanos do século XXI (maioritariamente urbanitas) necessitam de ser lembrados de que tudo começou aí, na terra e na relação inteligente e delicada que o homem estabelece com ela. Na Terra da Maia é mesmo uma relação cultural profunda, identitária.

Paulatinamente, a botânica foi desaparecendo das nossas vidas. Será que muitos de nós ainda se lembrarão como se reproduzem as solanáceas (batata) ou as brassicáceas (couve) tão bem quanto os mamíferos ou ovíparos? Ajudaríamos com a mesma dedicação e comiseração impulsiva uma laranjeira sedenta e piolhosa na beira do caminho quanto um canídeo faminto e ferido?

E a que se deverá?

1. Disponível em “https://visao.pt/visao_verde/ambiente/2020-11-11-goncalo-ribeiro-telles-o-guerreiro-incansavel/”

E porque será que, na maioria dos lugares (YouTube incluído), damos mais atenção à fauna do que à flora?

Por sermos animais, talvez. E, por acaso, não precisamos de respirar?

Há novas tendências e novas práticas no domínio da “Agro-Floresta Urbana”. A maioria delas tem como propósito central assegurar a autonomia alimentar de par com a defesa da sustentabilidade integrada nos territórios peri-urbanos.

Procuraremos partilhar com o leitor opiniões, reflexões, exemplos e experiências, outrossim alguns dados sobre agricultura e floresta na Maia aos dias de hoje.

Prelada, Sexta-feira, 18 de Outubro de 2024

(*) Arquitecto.

Consultor do Município da Maia em Ordenamento do Território e Arquitectura.

Editor e responsável científico da Revista Terra Maia.

